



# MARIA DA PENHA

.....  
**VAI À ESCOLA**

EDUCAR PARA PREVENIR E COIBIR  
A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E  
FAMILIAR CONTRA A MULHER

RELATÓRIO DE ATIVIDADES  
**2020**

**TJDFT**



# MARIA DA PENHA

---

## VAI À ESCOLA

---

EDUCAR PARA PREVENIR E COIBIR  
A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E  
FAMILIAR CONTRA A MULHER

---

RELATÓRIO DE ATIVIDADES  
**2020**



## **COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA DO TJDFT**

---

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva | Presidente do TJDFT

Desembargadora Ana Maria Duarte A. Brito | 1ª Vice-Presidente do TJDFT

Desembargadora Sandra de Santis M. Farias Melo | 2ª Vice-Presidente do TJDFT

Desembargadora Carmelita I. A. do Brasil Dias | Corregedora do TJDFT

## **COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA DO NJM**

---

### » **COORDENAÇÃO DO NJM**

Juíza de Direito Fabriziane Figueiredo Stellet Zapata

Juíza de Direito Gislaíne Carneiro Campos Reis

Juiz de Direito Josmar Gomes de Oliveira

Juíza de Direito Luciana Lopes Rocha

### » **EQUIPE TÉCNICA DO NJM**

Andréia Soares de Oliveira

*Supervisora do NJM*

Marcia Maria Borba Lins

*Supervisora Substituta do NJM*

### » **EQUIPE TÉCNICA DO NJM**

Alfredo Valente Júnior

Cristiane Rodrigues A. de Matos

João Wesley Domingues

Marcos Francisco de Souza

Marinna Cunha C. Quixaba Silva

Miguel Ricardo de Carvalho Vargas

Priscila de Oliveira Parada

Regina Márcia Raposo Rocha

Renata Beviláqua Chaves

Ricardo Silva Moreira

Soraia da Costa Santos

## COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO MPDFT

### » PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Fabiana Costa Oliveira Barreto  
*Procuradora-Geral de Justiça*

### » VICE-PROCURADORIA-GERAL JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza  
*Procuradora de Justiça*

### » VICE-PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA INSTITUCIONAL

André Vinícius Espírito Santo de Almeida  
*Procurador de Justiça*

### » CORREGEDORIA-GERAL

José Valdenor Queiroz Júnior  
*Procurador de Justiça*

### » CHEFIA DE GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Moacyr Rey Filho  
*Promotor de Justiça*

### » SECRETARIA-GERAL

Wagner de Castro Araújo  
*Promotor de Justiça*

### » ASSESSORIA DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

André Luiz Cappi Pereira  
*Promotor de Justiça*

Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur  
*Promotor de Justiça*

### » OUVIDORIA

Libanio Alves Rodrigues  
*Promotor de Justiça*

### » COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DE GÊNERO

#### **Coordenadora**

Mariana Fernandes Távora  
*Promotora de Justiça*

#### **Equipe Técnica**

Thais Quezado Soares Magalhães  
Renata Pereira Lavareda

## COMPOSIÇÃO ADMINSTRATIVA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Dra. Maria José Silva Souza de Nápolis  
*Defensora Pública-Geral*

### » SUBDEFENSORES PÚBLICOS-GERAIS

Danniel Vargas de Siqueira Campos  
João Carneiro Aires

### » NÚCLEO DE DEFESA DA MULHER

Rita de Castro Hermes Meira Lima

## COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

João Pedro Ferraz dos Passos  
*Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF*

Hélber Ricardo Vieira  
*Subsecretário de Educação Básica*

Júlio César de Souza Moronari  
*Diretor de Educação do Campo, Direitos Humanos e Diversidade*

Aldenora Conceição de Macedo  
*Gerente de Educação em Direitos Humanos e Diversidade*

André Lúcio Bento  
*Subsecretário de Formação Continuada dos Profissionais da Educação*

Márcia Cristina Dourado Toledo Gomes  
*Diretora de Organização do Trabalho Pedagógico e Pesquisa*

Chrístopfer Leandro de Oliveira Sabino  
*Gerente de Pesquisa, Avaliação e Formação Continuada para Gestão, Carreira Assistência, Orientação Educacional e Eixos Transversais*

## COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DF

Marcela Passamani  
*Secretária de Estado de Justiça e Cidadania do DF*

Paulo César Gomes de Medeiro  
*Secretário-Executivo*

Kilvia Cristina Teixeira  
*Chefe de Gabinete*

Fábio Luiz Bragança Ferreira  
*Chefe de Assessoria Jurídico-legislativo*

Danilo Augusto Martins Silva  
*Chefe de Assessoria de Imprensa*

Amanda Caroline Rodrigues  
*Chefe de Assessoria de Comunicação*

### » CONTROLADORIA SETORIAL DA JUSTIÇA

Alisson Melo Rios

### » OUVIDORIA

Alinne Fernandes Moreira

## COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DA MULHER DO DF

Éricka Filippelli  
*Secretária de Estado*

Vandercy Camargos  
*Secretária Adjunta Mariana Meirelles*

## COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Júlio Danilo Souza Ferreira  
*Secretário de Estado*

Alciomar Goersch  
*Secretário Executivo de Gestão Integrada*

### » SUBSECRETARIA DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE

Manoel Arruda Junior  
*Subsecretário*

#### **Equipe Técnica:**

3º SGT PM Rosineide de Araújo Silva Sá  
Agente PCDF Deise Luci Belém de Andrade

### » SUBSECRETARIA DE ENSINO E GESTÃO DE PESSOAS

Alfredo de Souza Lima Coelho Carrijo  
*Subsecretário*

#### **Equipe Técnica**

Ten-Cel QOBM/Comb. Marcos Quincoses Spotorno  
Major QOPM Larissa Cristiane de Jesus  
Roberta Tomaz Vieira de Souza  
Ana Caroline de Freitas Honorato

## COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Robson Cândido da Silva  
*Diretor-Geral da PCDF*

Sandra Melo  
*Delegada-Chefe da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher- DEAM*

## COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA DA PMDF

CEL QOPM Julian Rocha Pontes  
*Comandante Geral*

CEL QOPM Sérgio Luiz Ferreira de Souza  
*Subcomandante Geral*

CEL QOPM Cláudio Fernando Condi  
*Chefe do Estado Maior*

### » COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA DO CPSP

CEL QOPM Cynthiane Maria da Silva Santos  
*Chefe do CPP*

TC QOPM Jorge Eduardo Naime Barreto  
*Subchefe do CPP*

1º TEN QOPM Adriana de Almeida Vilela  
*Chefe da Coordenação do PROVID*

#### **Equipe Técnica do CPP**

2º TEN QOPMA Iure da Silva Cunha

ST QPPMC Cristiana Cândida Camarano

2º SGT QPPMC Vânia Rosana da Silva Santos de Souza

3º SGT QPPMC Davi José dos Santos

CB QPPMC Daniela Caputo de C. Castro

SD QPPMC Cíntia Pereira Cosmo

## COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA DA ORDEM DOS ADVOGADOS SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

Délio Lins e Silva Jr.  
*Presidente*

Cristiane Damasceno Leite Vieira  
*Vice-Presidenta*

Nildete Santana de Oliveira  
*Presidente da Comissão da Mulher*

Advogada Selma Maria Frota Carmona  
*Presidente da Comissão de Combate à Violência Doméstica e Familiar*

## COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Márcia Abrahão Moura  
*Reitora*

Enrique Huelva Unternbäumen  
*Vice-Reitor*

## COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA

Getúlio Américo Moreira Lopes  
*Reitor*

Edevaldo Alves da Silva  
*Vice-Reitor*

Elizabeth Regina Lopes Manzur  
*Pró-Reitora Acadêmica*

Gabriel Costa Mallab  
*Pró-Reitor Administrativo e Financeiro*

Mauricio de Sousa Neves Filho  
*Secretário Geral*

Carlos Alberto da Cruz  
*Diretor Acadêmico*

## COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Deputado Rafael Prudente  
*Presidente*

## COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES

Cristiane Rodrigues Britto  
*Secretária Nacional de Política para as Mulheres*

Dinah Andrade de Sena e Silva  
*Secretária Adjunta Nacional de Políticas para as Mulheres*

Geraldine Grace da Fonseca da Justa  
*Diretora do Departamento de Políticas de Enfrentamento à Violência  
Contra as Mulheres*

Gleyce Anne Cardoso  
*Coordenadora-Geral de Acesso à Justiça e Fortalecimento da Rede de  
Atendimento à Mulher*

#### **Equipe Técnica**

Maristela de Freitas Sartori Martins

# SUMÁRIO

<b>01</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>02</b>	<b>SOBRE O CONTEXTO DO ANO 2020</b>	<b>15</b>
<b>03</b>	<b>BREVE HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA</b>	<b>17</b>
<b>04</b>	<b>ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS COORDENAÇÕES REGIONAIS DE ENSINO</b>	<b>21</b>
	MPVE em Ceilândia . . . . .	21
	MPVE no Núcleo Bandeirante e no Riacho Fundo . . . . .	24
	MPVE em Sobradinho . . . . .	26
	MPVE no Guará . . . . .	28
	MPVE em Planaltina . . . . .	30
	MPVE em Santa Maria . . . . .	32
	MPVE no Recanto das Emas . . . . .	34
	MPVE em São Sebastião . . . . .	36
	MPVE em Brasília . . . . .	38
	MPVE no Gama . . . . .	40
	MPVE no Paranoá . . . . .	42
	MPVE em Brazlândia . . . . .	44
	MPVE em Samambaia . . . . .	46
	MPVE em Taguatinga . . . . .	48
<b>05</b>	<b>OUTRAS AÇÕES DE FORMATIVAS DO MPVE</b>	<b>50</b>
	Formação de Multiplicadores . . . . .	50
	Ações de Formação com a EAPE . . . . .	51
	Semana Maria da Penha nas Escolas . . . . .	52
	Curso sobre Violência no Namoro . . . . .	53
<b>06</b>	<b>MATERIAIS INFORMATIVOS E DE DIVULGAÇÃO</b>	<b>55</b>
	Orientações para a Escuta Especializada de Crianças e Adolescentes no Contexto Escolar	55
	Lançamento do Toolkit para Profissionais da Educação . . . . .	55
	ATIVIDADES EXECUTADAS PELOS PARCEIROS DO MPVE . . . . .	56
<b>07</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>63</b>



# 01

## APRESENTAÇÃO

O Programa Maria da Penha vai à Escola nasceu em 2014 e sempre teve como um dos pressupostos básicos o trabalho cooperativo entre os autores a fim de promover soluções e estratégias para a prevenção e o enfrentamento da violência contra as mulheres. Já em seu início, foram realizadas diversas reuniões, pesquisas e discussões para levantar demandas, dúvidas e propostas para realizar tal desafio. Os profissionais da educação, magistrados, promotores e demais agentes da rede de proteção participaram ativamente da construção do escopo do projeto.

Desde sua idealização, foram realizadas centenas de atividades atendendo à metodologia proposta pelo Programa, que foi instrumentalizado, por meio de um Acordo de Cooperação Técnica, no ano 2016. Os resultados colhidos desde a implementação do piloto estão publicados na página do MPVE, disponível em <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/centro-judiciario-mulher/o-nucleo-judiciario-da-mulher/projetos/eixo-comunitario/maria-da-penha-vai-a-escola>.

O presente relatório tem como objetivo apresentar informações sobre as atividades desenvolvidas no ano de 2020. Nesse ano, o então Projeto foi ampliado e ganhou o *status* de Programa, engajou um número ainda maior de partícipes e teve foco no fortalecimento das parcerias. Foi ainda um ano de produção de novos conteúdos, expansão das atividades, formações de multiplicadores e ampliação das atividades desenvolvidas diretamente nas escolas e para além do Distrito Federal.

Muitos dos desafios apresentados **no relatório do ano anterior** foram superados, a exemplo da criação de conteúdos e materiais informativos, acessíveis às diferentes faixas etárias - com a construção do *Toolkit – Kit de ferramentas pedagógicas do Programa MPVE*; do alcance de todas as Coordenações Regionais de Ensino por meio de ciclos de formação com orientadores educacionais e profissionais do serviço especializado de apoio à aprendizagem e com a assinatura do 2º Termo Aditivo, que institucionalizou o Comitê Gestor do Programa e ampliou o número de instituições parceiras do MPVE. No entanto, outros tantos desafios permanecem, sobretudo com a inesperada pandemia que assolou o Brasil e o mundo a partir de março de 2020, obrigando todos a se reinventarem para seguirem produtivos em seus projetos, mas mantendo o isolamento social imposto pela necessidade de refrear a disseminação da doença COVID-19.



## 02

### SOBRE O CONTEXTO DO ANO 2020

Em 2020, a partir de meados de março, o país foi atingido pela pandemia de COVID-19, motivo pelo qual diversas instituições passaram a realizar suas atividades remotamente. As aulas e atividades presenciais das escolas públicas do Distrito Federal também foram suspensas e somente a partir de julho, com o retorno das aulas de maneira *on-line*, as atividades do Programa MPVE passaram a ser realizadas por meio de webinários e videoconferências, utilizando as diversas plataformas virtuais disponíveis (*Google Meet, Streamyards, Cisco-Webbex, Youtube, etc*).

A realidade imposta exigiu adaptações nas atividades, trazendo novos obstáculos e dificuldades. O próprio formato virtual é, em si, uma demanda que recai de maneira desproporcional para a parcela da população que detém menos recursos, sobretudo recursos tecnológicos, limitando a participação daqueles que não tem acesso à internet, computadores pessoais e outras ferramentas capazes de possibilitar acesso à rede. Por outro lado, a transmissão eletrônica de conteúdo permite, potencialmente, um alcance maior de cada uma dessas atividades, com participantes interagindo independentemente da distância física, bem como a possibilidade de gravação das palestras, disponibilizadas eletronicamente para várias outras pessoas além daquelas presentes durante a sua realização.

Também por este motivo, atividades antes regionalizadas deram espaço para atividades abrangendo diversas Coordenações Regionais e Circunscrições Judiciárias, no qual magistrado(a)s, promotor(a)s, defensor(a)s, servidore(a)s e voluntário(a)s puderam ministrar palestras virtuais para um público mais diversificado e ampliado.

Até a produção deste relatório, não havia a previsão para a erradicação da pandemia e, por consequência, das medidas restritivas que impedem atividades presenciais que impliquem na reunião de pessoas. As mudanças descritas, que foram novidades para a qual todos tiveram que se adaptar em 2020, podem ser incorporadas no desenvolvimento das atividades do Programa.

Diante desse contexto, e considerando o lapso temporal entre as atividades realizadas desde o início do programa, e a renovação do quadro de pessoal que se deu desde então no âmbito da SEEDF, o Comitê Gestor do MPVE deliberou pelo nivelamento da capacitação de profissionais nas 14 CRE's. Assim foram alinhados dois ciclos de webinários em todas as regionais, com ações formativas voltadas, estrategicamente, para o público que compõe a 1ª etapa do Programa, qual seja, orientadores educacionais e serviço especializado de apoio à aprendizagem. A modalidade remota oportunizou a adesão de centenas de educadores, que contabilizou mais de 1.620 participações desses profissionais da educação, de todas as 14 CRE's, apenas nesta ação coordenada.

## 03

### BREVE HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA

O Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - UNIFEM reconheceu a Lei Maria da Penha como uma das três melhores legislações do mundo<sup>1</sup> no quesito enfrentamento à violência contra a mulher – ficando atrás apenas da Espanha e do Chile. Este reconhecimento foi concedido não só porque a Lei brasileira cria mecanismos para proteger a vítima e punir o agressor, mas também porque reconhece a importância da prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Por isso, talvez seja a única legislação brasileira que explicita claramente o papel da escola e da educação na repressão e na prevenção das violências de gênero, conforme preconizado nos incisos do artigo 8º da Lei<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/ultimas-noticias/2009/04/not\\_rel\\_glo\\_do\\_unifem\\_apo\\_lei\\_mar\\_pen\\_ent\\_tre\\_mai\\_ava\\_mun](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/ultimas-noticias/2009/04/not_rel_glo_do_unifem_apo_lei_mar_pen_ent_tre_mai_ava_mun)

<sup>2</sup> Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:

I - a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;

II - a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;

III - o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no **inciso III do art. 1º**, no **inciso IV do art. 3º** e no **inciso IV do art. 221 da Constituição Federal**;

IV - a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher;

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VI - a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher;

De um lado, ressalta a importância de se realizar campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra as mulheres voltadas ao público escolar; de outro, promover a formação dos professores nas questões referentes à igualdade de gênero e ao combate a todas as formas de discriminação e preconceito.

O interessante é que o Programa Maria da Penha vai à Escola nasceu da junção de recomendações, resoluções, portarias e ações já realizadas concomitantemente pelas instituições do Sistema de Justiça, pela própria Secretaria de Educação do Distrito Federal e de outros atores e atrizes da rede de proteção e acolhimento de mulheres em situação de violência.

Conciliando as prerrogativas e recomendações previstas nos marcos legais e normativos dos órgãos interessados na temática, iniciou-se em março de 2014 o delineamento do projeto de divulgação da Violência contra as Mulheres e a Lei Maria da Penha conhecido como “Maria da Penha vai à Escola: educar para prevenir e coibir a violência contra a mulheres”.

Coordenado pelo NJM, em nível de TJDF, o Projeto nasceu com o intuito de promover e divulgar a Lei Maria da Penha nas escolas públicas do Distrito Federal, por meio da capacitação de toda comunidade escolar, inclusive os alunos e alunas, prerrogativa já prevista na própria Lei.

O Projeto teve sua experiência-piloto na região administrativa da Ceilândia, e foi antecedida por uma pesquisa exploratória, com aproximadamente 370 pessoas, para avaliar a opinião da população da cidade sobre a necessidade de se abordar a Lei Maria da Penha nas escolas; bem como de reuniões entre o NJM, a Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia, a então Secretaria de Estado da Mulher e a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher.

A partir do amadurecimento de ideias e sugestões, o NJM ficou responsável por delinear a metodologia inicial do projeto para ser implementada na circunscrição judiciária da Ceilândia, onde funcionam dois JVDJM e, em seguida, na circunscrição judiciária do Núcleo Bandeirante, onde funciona um Juizado.

VII - a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia;

VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Durante os anos de 2014 e 2015, inúmeras reuniões com instituições interessadas e parceiras foram realizadas a fim de institucionalizar o então projeto. É importante destacar que o processo de planejamento e execução das ações do MPVE tem sido construído de maneira dialogada entre os parceiros envolvidos. Tal construção se mostra essencial à sua continuidade e efetividade, no sentido de oportunizar o acesso de mulheres em situação de violência doméstica e familiar aos seus direitos.

No dia 7 de março de 2016, foi assinado o Termo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF; o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDF; a Secretaria de Estado da Educação – SEEDF; a Secretaria de Estado da Mulher do DF; a Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF – SSPDF; a Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF; a Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF; a Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF; e a Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal – OAB/DF. Em 06 de março de 2017, um termo Aditivo incluiu como participantes a então Secretaria de Políticas para Criança, Adolescente e Juventude do DF - SECRIA, Universidade de Brasília - UnB, e o Centro Universitário de Brasília – UniCeub.

O ano de **2020** marcou a assinatura do 2ª Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação, realizada no dia 24 de setembro, com substituição da SECRIA pela Secretaria Estado de Justiça do DF – SEJUS e a adesão de dois importantes membros, a Câmara Legislativa do DF - CLDF, por meio da Procuradoria Especial da Mulher, e a Secretaria Nacional de Política para Mulheres, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos – SNPM/MMFDH, que tem, dentre suas atribuições, o compromisso de expandir o Programa, levando-o a outras unidades da federação.

A cerimônia virtual, bastante prestigiada, ***foi transmitida ao vivo pelo YouTube*** e contou com a participação de toda a Administração do TJDF, magistradas e magistrados coordenadores e equipe técnica do NJM e de todas as instituições participantes assim representadas: Procuradora-Geral de Justiça do DF e Territórios, Fabiana Costa Barreto; deputada Júlia Lucy, como representante da Câmara Legislativa do DF; Secretária Nacional de Políticas para Mulheres do MMFDH, Cristiane Rodrigues Britto; o então Secretário de Segurança Pública do DF, Anderson Gustavo Torres; Secretária de Estado da Mulher do DF, Éricka Filippelli; Secretária de Estado de Justiça e Cidadania do DF, Marcela Meira Passamani; Secretário Executivo da Secretaria de Educação do DF, Fábio Pereira de Sousa; Presidente da OAB/DF, Délio Fortes Lins e Silva Júnior; Sub-Defensor Público do DF, João Carneiro Aires; Diretor-Geral Adjunto da PCDF, Benito Augusto Galiani Tiezzi; Corregedor-Geral da PCDF, Anderson Jorge Damascena; o então Comandante-Geral da PMDF,

Cel. Julian Rocha Pontes; reitora da UnB, Márcia Abrahão Moura; professora Dulce Doinare de Mello, representante do Centro Universitário de Brasília – UniCeub.



# 04

## ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS COORDENAÇÕES REGIONAIS DE ENSINO

### MPVE EM CEILÂNDIA

Considerando a experiência-piloto na região administrativa da Ceilândia, a formação inicial foi dirigida aos Orientadores Educacionais, referente à 1ª etapa do Projeto Maria da Penha vai à Escola. Assim, foram desenvolvidas, entre 2014 e 2019, 8 atividades na CRE de Ceilândia voltadas para estes orientadores, docentes e estudantes, que alcançaram 236 participantes.

As atividades nessa CRE tiveram continuidade em **2020**, no mês de março, por meio de uma ação presencial no Instituto Marechal Mallet com a palestra “Violência contra as Mulheres e Lei Maria da Penha”, realizada no dia 05, com carga horária de 2h/a e contabilizando a participação de 34 estudantes.

No mês de agosto, visando atualizar e alcançar novos profissionais que integram a 1ª etapa do Programa, foi realizado Webinário sobre “Escuta especializada no contexto escolar sobre as situações de violência sexual”, que alcançou 133 OEs e profissionais do SEAA da CRE de Ceilândia. O objetivo da ação foi capacitar os profissionais para acolher e encaminhar eventuais relatos de abuso sexual de modo a proteger as crianças e adolescentes atendidas pelas escolas destas CRE. Outro webinário, também sobre “Violência contra as Mulheres e Lei Maria da Penha”, foi realizado em dois de outubro para este público, alcançando 200 profissionais.

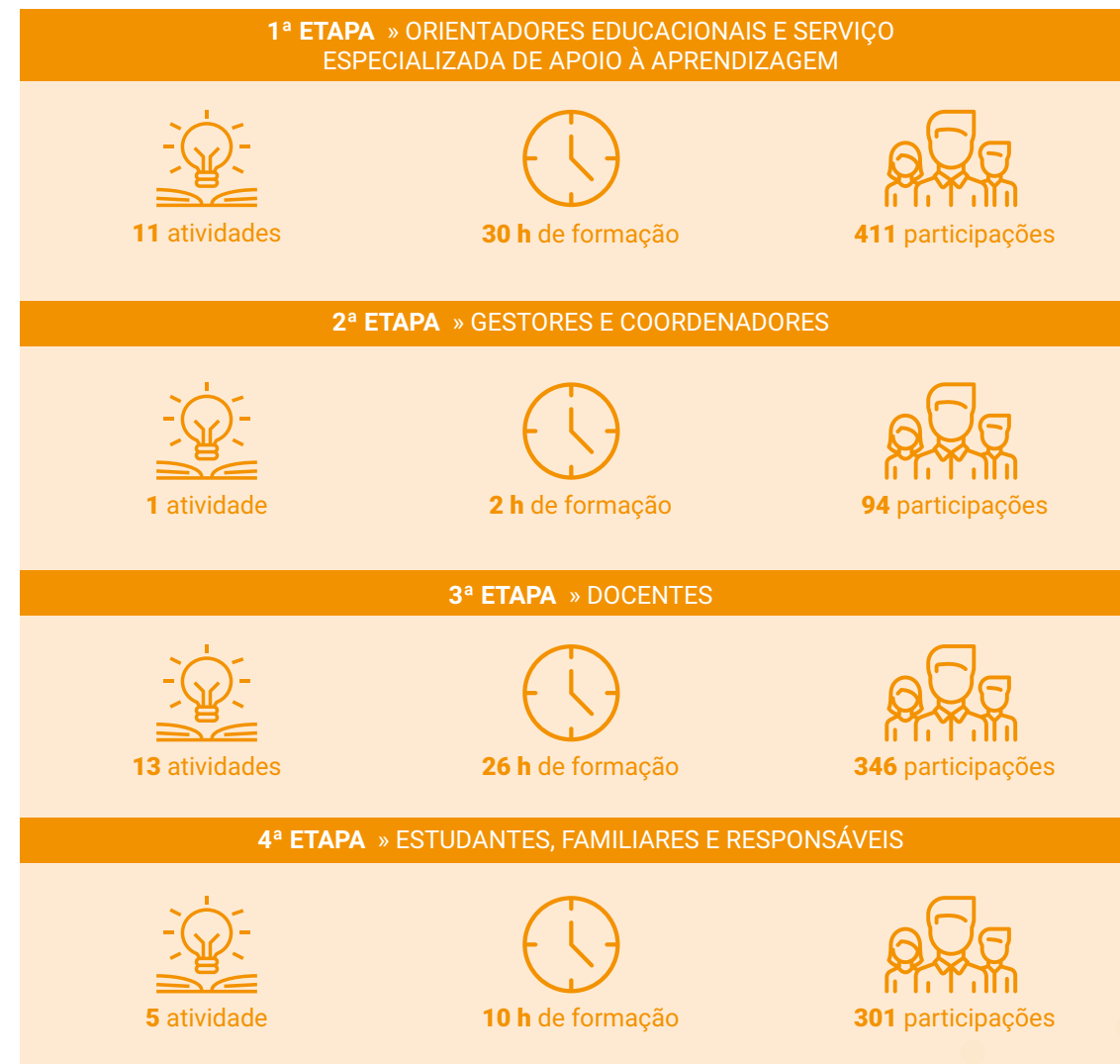
Ainda em 14 de agosto, os coordenadores intermediários desta CRE participaram do Webinário “Masculinidades”. A atividade de 2h/a alcançou 94 profissionais da educação.

Em setembro, foram realizados dois webinários para docentes do CEF 34 de Ceilândia. O primeiro, realizado no dia 02, teve como tema a “Violência contra as Mulheres e Lei Maria da Penha”, e contou com 37 participantes, e o segundo, que ocorreu no dia seguinte, teve como tema “Atendimento e encaminhamento das situações de violência sexual” e contou com a participação de 36 docentes. Cada um destes eventos teve duas horas de duração.





Em novembro, durante a Semana Lei Maria da Penha nas Escolas, entre 23 e 27 de novembro, foram realizados dez webinários para a Regional de Ceilândia. No dia 23 o evento teve como público-alvo estudantes do 4º e 5º ano da EC 17 de Ceilândia, com carga horária de 2h/a e contou com 61 participantes. No mesmo dia, foi realizado webinário para o corpo docente da Creche Pública Estrela do Cerrado, alcançando 20 profissionais deste instituição. No dia 25, foram realizados quatro webinários, para as Escolas Classes 10, 18, 39 e para o CEF 19 de Ceilândia, todos com 2h/a de formação e contando com 35, 33, 40 e 41 docentes, respectivamente. No dia 26, foram realizadas palestras virtuais para a Escola Classe P Norte, contando com a participação de 77 estudantes, para a Escola Classe Lajes da Jiboia, para o CEPI Ipê Amarelo, e para a Escola Classe 12 de Ceilândia, com a presença de 5, 38 e 27 docentes, respectivamente, cada uma com duração de 2h.



### MPVE NO NÚCLEO BANDEIRANTE E NO RIACHO FUNDO

A CRE do Núcleo Bandeirante coordena as escolas das Regiões Administrativas do N. Bandeirante, Candangolândia, Vargem Bonita e Riacho Fundo I e II, abrangendo, assim, as Circunscrições Judiciárias do Núcleo Bandeirante e do Riacho Fundo. Ao todo, foram desenvolvidas, até o ano 2019, 37 atividades do projeto voltadas para as 4 etapas do programa. As formações contabilizaram 174h/a e alcançaram 900 profissionais da educação, além de cerca de 3.500 estudantes e familiares em 32 escolas dessa Regional.



Em **2020**, no mês de fevereiro foi realizada palestra sobre a Lei Maria da Penha na Escola Classe 03 do Núcleo Bandeirante, com carga horária de três horas, contando com a participação de 26 docentes.

Nos dias 19 de fevereiro e 04 de março foram realizadas no

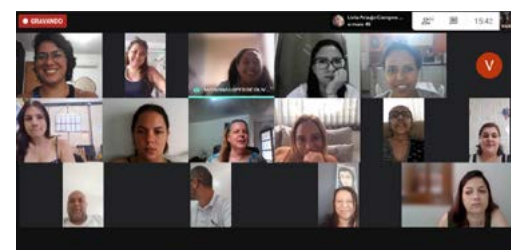
Centro de Ensino Fundamental 1 da Candangolândia palestras, em ambos os turnos, sobre Lei Maria da Penha e sobre Violência Sexual. Cada uma destas palestras teve carga horária de três horas, e contou com 52 participações no turno matutino e 28 no turno vespertino.

Ainda em março, no dia 9, foram realizadas palestras para estudantes do noturno sobre Violência contra as mulheres no CEM Urso Branco -CEMUB e no Centro Educacional 02 do Riacho Fundo. Cada atividade de 2h/a contou com a presença de 100 e 189 alunos e alunas, respectivamente.

Em 19 de agosto, foi realizado um webinar sobre sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência no CAIC Juscelino Kubitschek. O evento teve 2h/a de duração e alcançou 63 participantes remotamente.

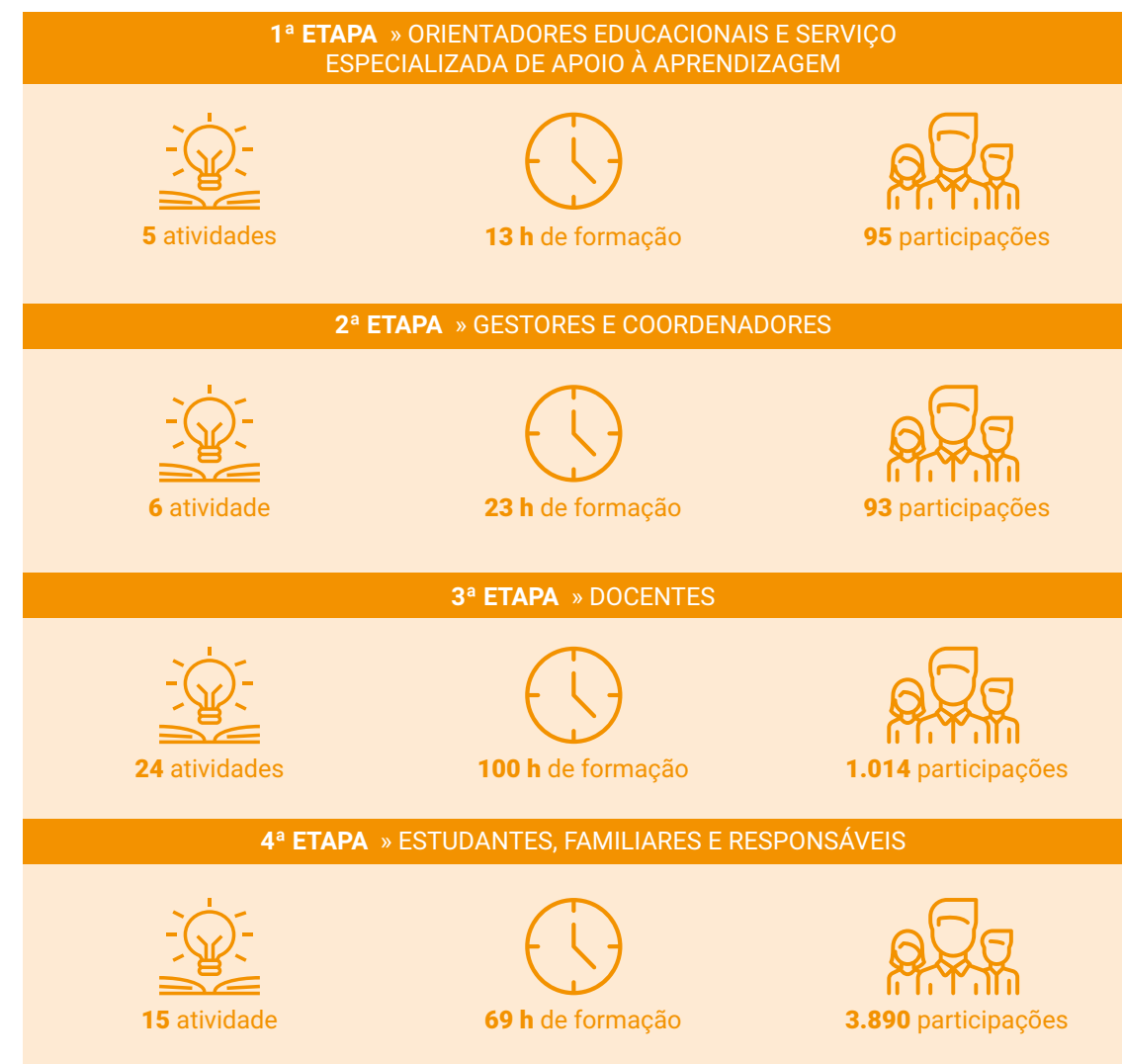
No dia 16 de setembro foi realizado webinar sobre Violência contra as Mulheres e Lei Maria da Penha para o CEF 01 do Núcleo Bandeirante, e contou com a presença de 45 docentes.

Para o público-alvo da 1ª etapa, que objetiva alcançar OEs e o SEAA, foram promovidos dois ciclos de webinários com a duração de 2h/a cada para educadores das CREs do Nú-



cleo Bandeirante e do Guará. A palestra virtual sobre Escuta Especializada no contexto escola foi realizada em 18 de setembro para 78 profissionais e outra sobre Violência contra as Mulheres e Lei Maria da Penha, promovida em 27 de novembro, para 25 educadores de ambas as Regionais.

Em novembro, durante a Semana Lei Maria da Penha, foram realizados dois webinários para a comunidade escolar desta CRE, ambos no dia 23. Para o CEF 01 da Candangolândia, a palestra foi sobre "Acolhimento e encaminhamento das situações de violência sexual" e contou com 25 docentes. O segundo evento foi realizado para a Escola Classe Verde, do Riacho Fundo, contou com 102 familiares e/ou responsáveis pelos estudantes desta unidade de ensino.



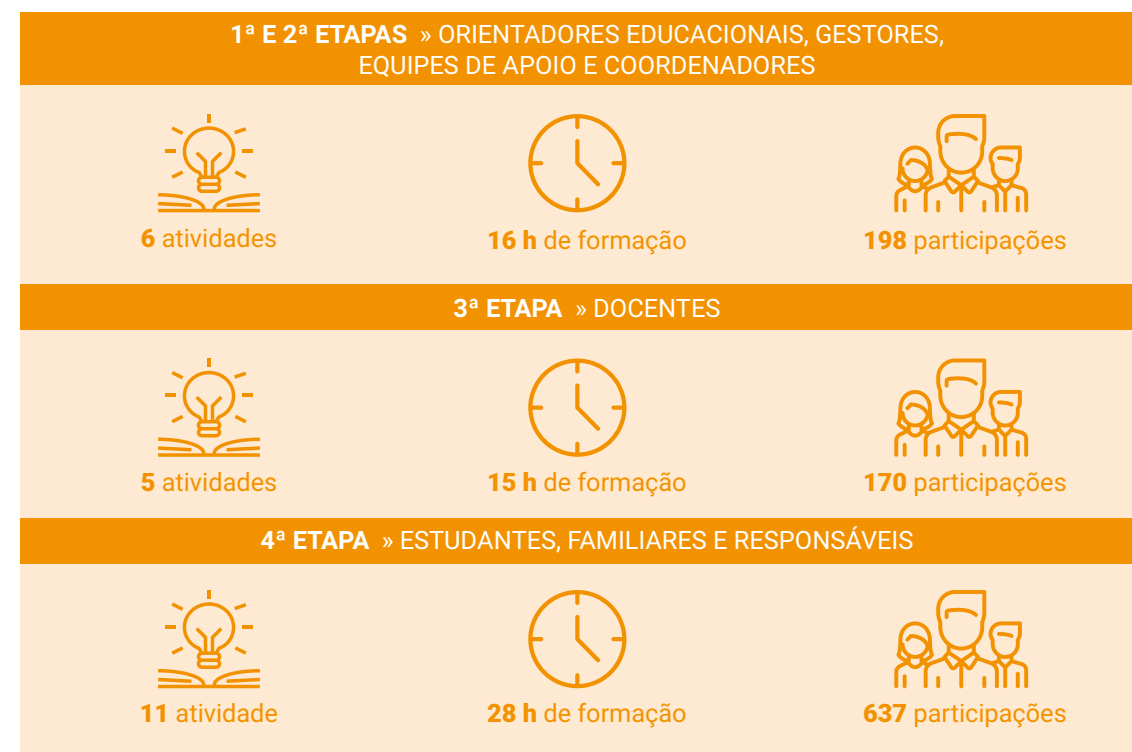
### MPVE EM SOBRADINHO

As ações do Programa foram iniciadas em parceria com a CRE de Sobradinho no segundo semestre de 2016. Até 2019 foram realizadas 18 ações de formação do MPVE com a presença de orientadores educacionais, psicólogos e pedagogos integrantes do SEAA, gestores escolares, coordenadores, docentes e estudantes referentes a todas as etapas do Programa.

As atividades de **2020**, para o público-alvo da 1ª etapa, que objetiva alcançar OEs e o SEAA, foram promovidos dois ciclos de webinários com a duração de 2h/a cada para educadores das CREs de Planaltina e Sobradinho. A palestra virtual sobre Escuta Especializada no contexto escola foi realizada em 14 de agosto para 151 profissionais e outra sobre Violência contra as Mulheres e Lei Maria da Penha, promovida em 09 de outubro, para 92 educadores de ambas as Regionais.

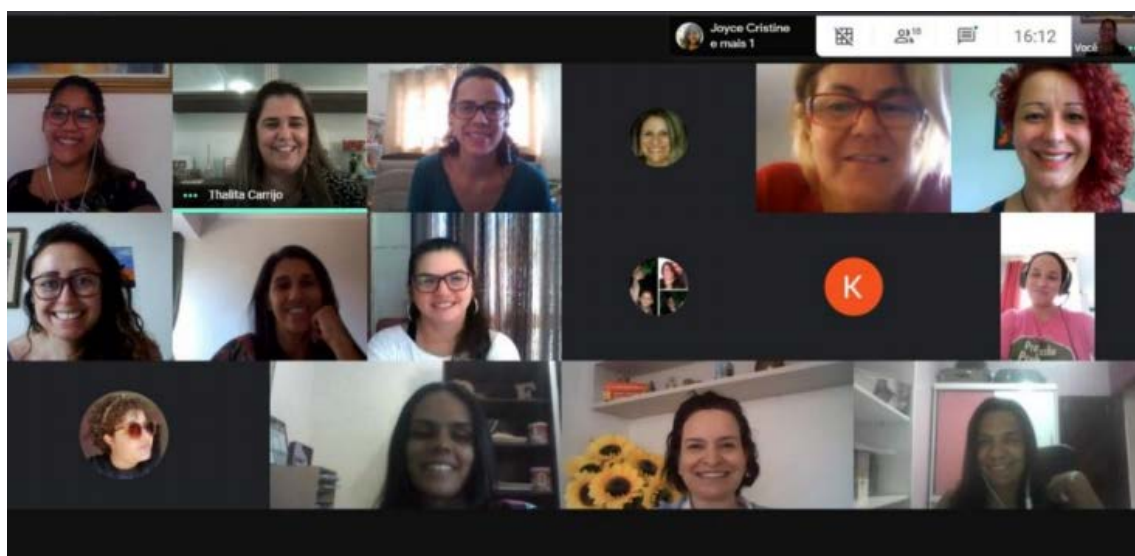








Em novembro foram realizados webinários para a Escola Classe Sítio das Araucárias, no dia 24 e no dia 26, totalizando 23 professores e professoras, e para a Escola Classe 13 de Sobradinho, com a presença de 17 docentes.



### MPVE NO GUARÁ

Nessa circunscrição, que abrange as escolas do Guar4 e da Estrutural, as a4es de forma4a4o em parceria com a CRE do Guar4 iniciaram no ano de 2016, e at4e 2019, atingiram os p4blicos-alvo de todas as 4 etapas do Programa, com a realiza4o de 11 atividades, que somaram 37 h/a, e contaram com 486 integrantes da comunidade escolar desta Regional.



1ª ETAPA » ORIENTADORES EDUCACIONAIS E SERVIÇO ESPECIALIZADA DE APOIO À APRENDIZAGEM		
 5 atividades	 13 h de forma4o	 105 participa4oes
2ª ETAPA » GESTORES E COORDENADORES		
 1 atividade	 8 h de forma4o	 120 participa4oes

3ª ETAPA » DOCENTES		
 6 atividades	 18 h de forma4o	 255 participa4oes
4ª ETAPA » ESTUDANTES, FAMILIARES E RESPONSÁVEIS		
 2 atividade	 4 h de forma4o	 30 participa4oes

No ano de **2020**, para o p4blico-alvo da 1ª etapa, que objetiva alcan4ar OEs e o SEAA, foram promovidos dois ciclos de webin4rios com a dura4o de 2h/a cada para educadores das CREs do N4cleo Bandeirante e do Guar4. A palestra virtual sobre Escuta Especializada no contexto escola foi realizada em 18 de setembro para 78 profissionais e outra sobre Viol4ncia contra as Mulheres e Lei Maria da Penha, promovida em 27 de novembro, para 25 educadores de ambas as Regionais.

Ainda, em 25 de novembro foi ministrado um webin4rio para docentes sobre "Acolhimento e encaminhamento das situa4oes de viol4ncia sexual", com a participa4o de 16 docentes em 2h de atividade.



### MPVE EM PLANALTINA

Nessa Região Administrativa, as formações em parceria com a CRE Planaltina iniciaram-se no ano de 2016 e foram direcionadas, sobretudo, aos profissionais das equipes de apoio e monitores, sendo realizadas, ainda, atividades com os gestores escolares e coordenadores. Até 2019, 5 atividades de capacitação alcançaram 80 profissionais da educação em 15 h de formação.

Dando seguimento ao trabalho no ano **2020**, as atividades do MPVE iniciaram nesta Região Administrativa em março, quando foi realizada uma Roda de Conversa com mulheres da comunidade escolar do CEF Pipiripau, no dia 06. A atividade inaugurou a ação “Maria da Penha vai à Escola do Campo”, que objetiva levar a temática com o olhar voltado para especificidades da comunidade que habita as zonas rurais do DF.

Para o público-alvo da 1ª etapa, que objetiva alcançar OEs e o SEAA, foram promovidos dois ciclos de webinários com a duração de 2h/a cada para educadores das CREs de Planaltina e Sobradinho. A palestra virtual sobre Escuta Especializada no contexto escola foi realizada em 14 de agosto para 151 profissionais e outra sobre Violência contra as Mulheres e Lei Maria da Penha, promovida em 09 de outubro, para 92 educadores de ambas as Regionais.



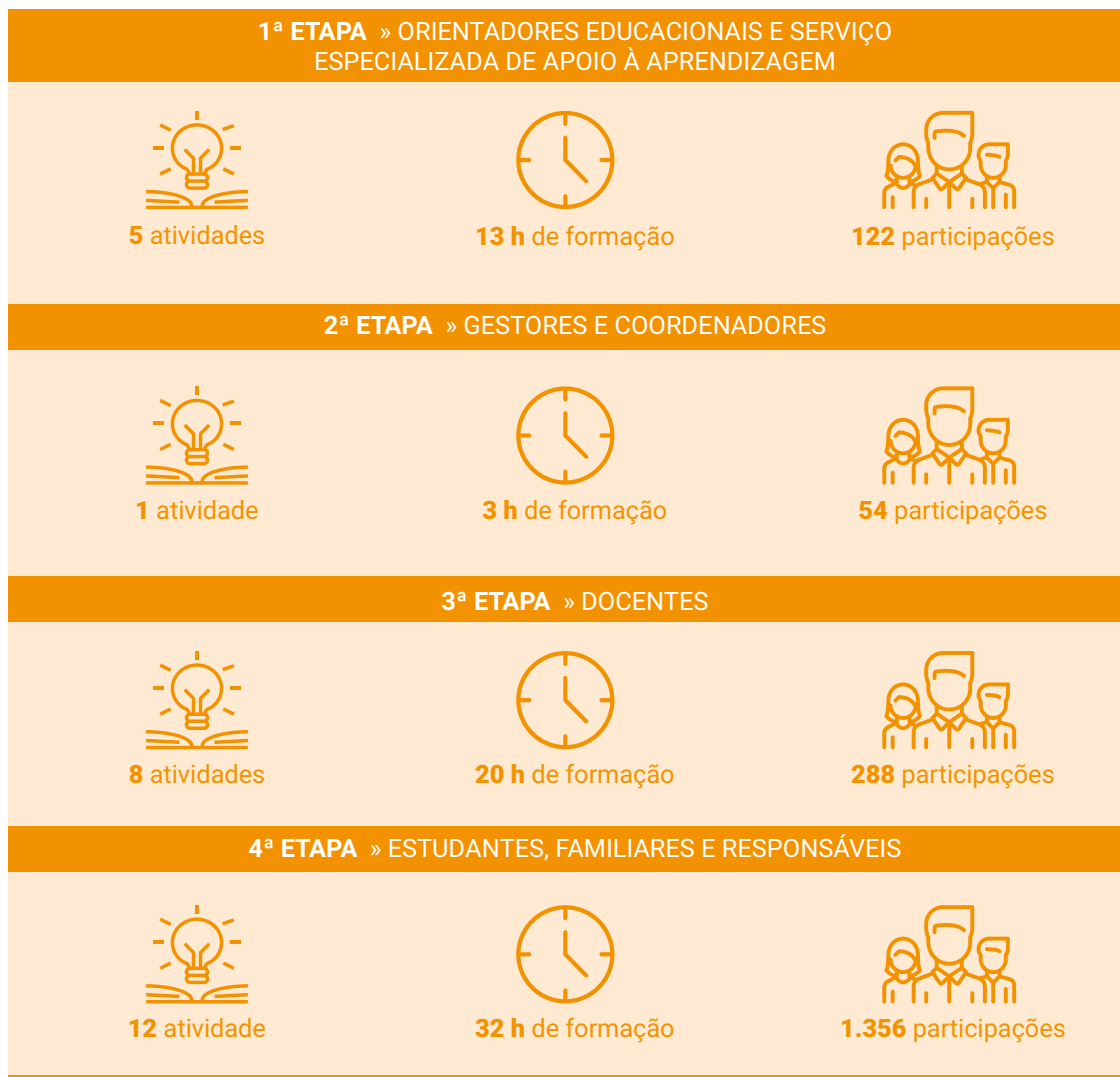
### MPVE EM SANTA MARIA

Em Santa Maria, as formações foram realizadas em todas as frentes e etapas do Programa. As atividades nessa localidade se iniciaram no segundo semestre de 2016, e até o ano de 2019 haviam sido promovidas 56 horas de formação distribuídas em 20 atividades, que alcançaram 1.497 pessoas no total.

No segundo semestre de **2020**, a Coordenação Regional de Ensino de Santa Maria recebeu atividades formativas voltadas para o público-alvo da 1ª etapa, que objetiva alcançar OEs e o SEAA. Assim, foram promovidos dois ciclos de webinários com a duração de 2h/a cada para educadores das CREs de Santa Maria e Gama. A palestra virtual sobre Escuta Especializada no contexto escola foi realizada em 28 de agosto para 92 profissionais e outra sobre Violência contra as Mulheres e Lei Maria da Penha, promovida em 26 de outubro, para 89 educadores de ambas as Regionais.



Em novembro, foram promovidas palestras virtuais para o CEF Sargento Lima no dia 23 para 24 docentes sobre "Acolhimento e encaminhamento das situações de violência sexual", no dia 24 para 95 familiares e responsáveis da unidade de ensino e nos dias 27 e 29, com a participação de 73 estudantes do 8º e 9º anos e 59 alunos e alunas do Ensino Médio, sobre "Violência no namoro".



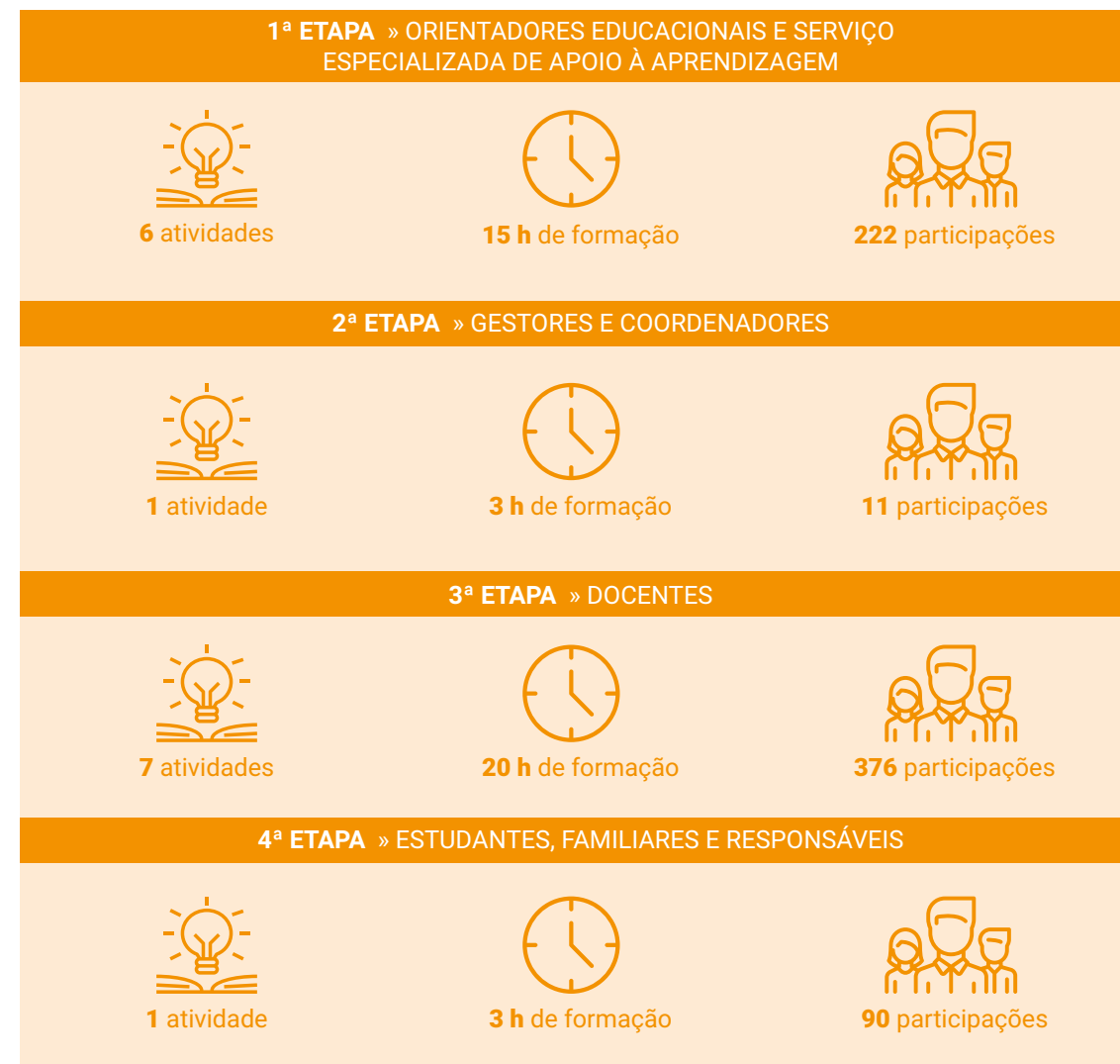
### MPVE NO RECANTO DAS EMAS

A CRE do Recanto das Emas recebeu o Programa no início do ano 2018, e até o fim de 2019, haviam sido realizadas 11 atividades referentes às quatro etapas do Programa, atingindo 442 profissionais da educação e estudantes de 22 escolas em 33 horas de formação.



Entre as atividades do ano **2020**, estão as palestras virtuais voltadas para 1ª etapa do Programa. Nesse sentido, foi realizado o webinar “Atendimento em Situações de Violência Doméstica”, no qual foram contabilizados 140 participantes entre orientadores, equipe especializada de Apoio e professores/as das salas de recursos. Ainda focado neste público, foram promovidos dois ciclos de webinários com a duração de 2h/a cada para educadores das CREs do Recanto das Emas e de Taguatinga. A palestra virtual sobre Escuta Especializada no contexto escola foi realizada em 28 de agosto para 92 profissionais e outra sobre Violência contra as Mulheres e Lei Maria da Penha, promovida em 13 de novembro, para 123 educadores de ambas as Regionais.

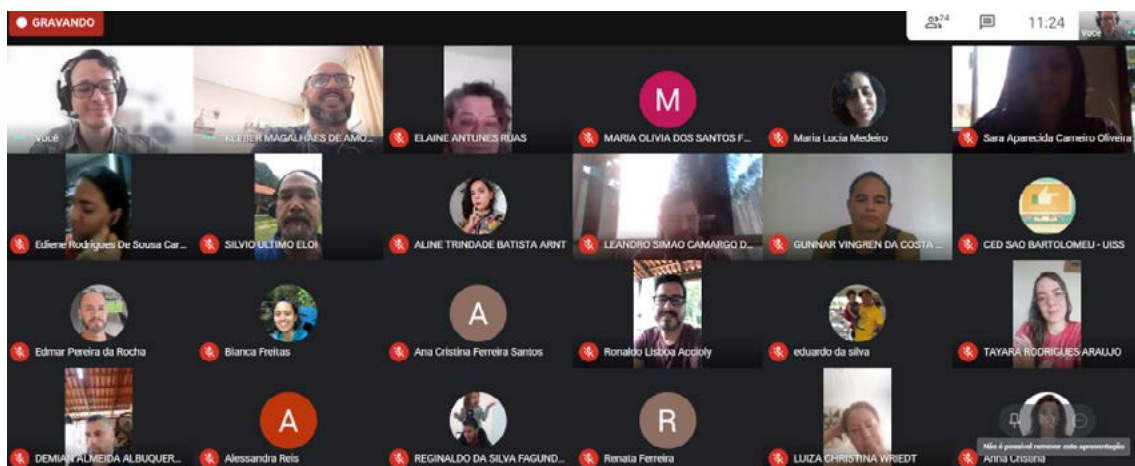
Por fim, durante a Semana Maria da Penha nas Escolas, foi realizado webinar para a CEF 301 do Recanto das Emas e para a Escola Classe 39 de Ceilândia. A atividade contou com a participação de 99 docentes das duas escolas.



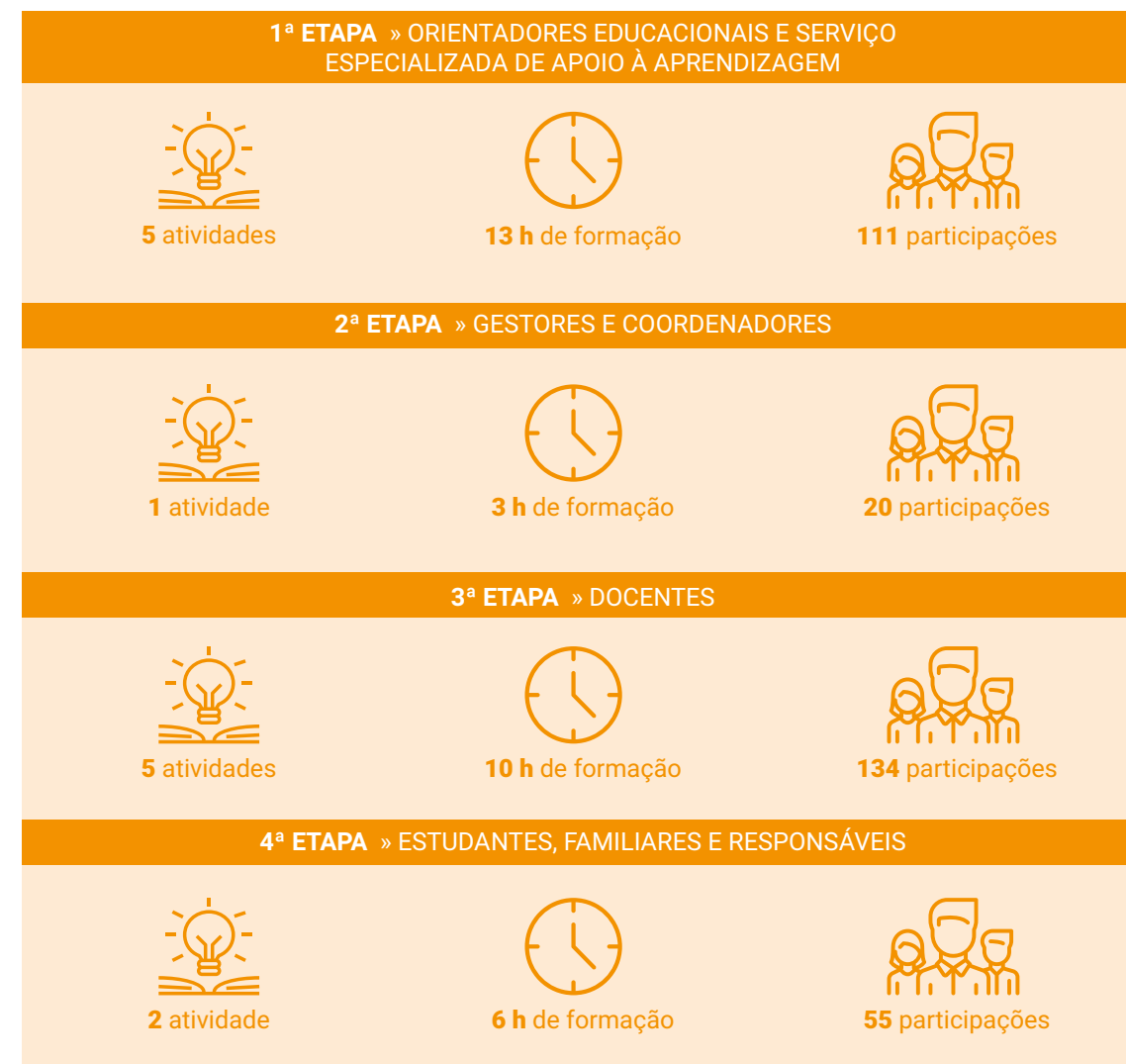
## MPVE EM SÃO SEBASTIÃO

Na Região Administrativa de São Sebastião as atividades do Programa iniciaram-se no fim do primeiro semestre de 2018, e até o fim de 2019, foram realizadas 4 atividades referentes às duas primeiras etapas do projeto, atingindo 48 profissionais das equipes de apoio, gestão escolar e orientação educacional em 12 horas de formação, além de 2 atividades voltadas para estudantes e familiares, que alcançaram 55 pessoas daquela comunidade.

Em **2020** foi dada continuidade ao trabalho, ampliando os temas e o alcance das atividades. Para o público-alvo da 1ª etapa, que objetiva alcançar OEs e o SEAA, foram promovidos dois ciclos de webinários com a duração de 2h/a cada para educadores das CREs de São Sebastião e Paranoá. A palestra virtual sobre Escuta Especializada no contexto escola foi realizada em 21 de agosto para 142 profissionais e outra sobre Violência contra as Mulheres e Lei Maria da Penha, promovida em 23 de outubro, para 44 educadores de ambas as Regionais.



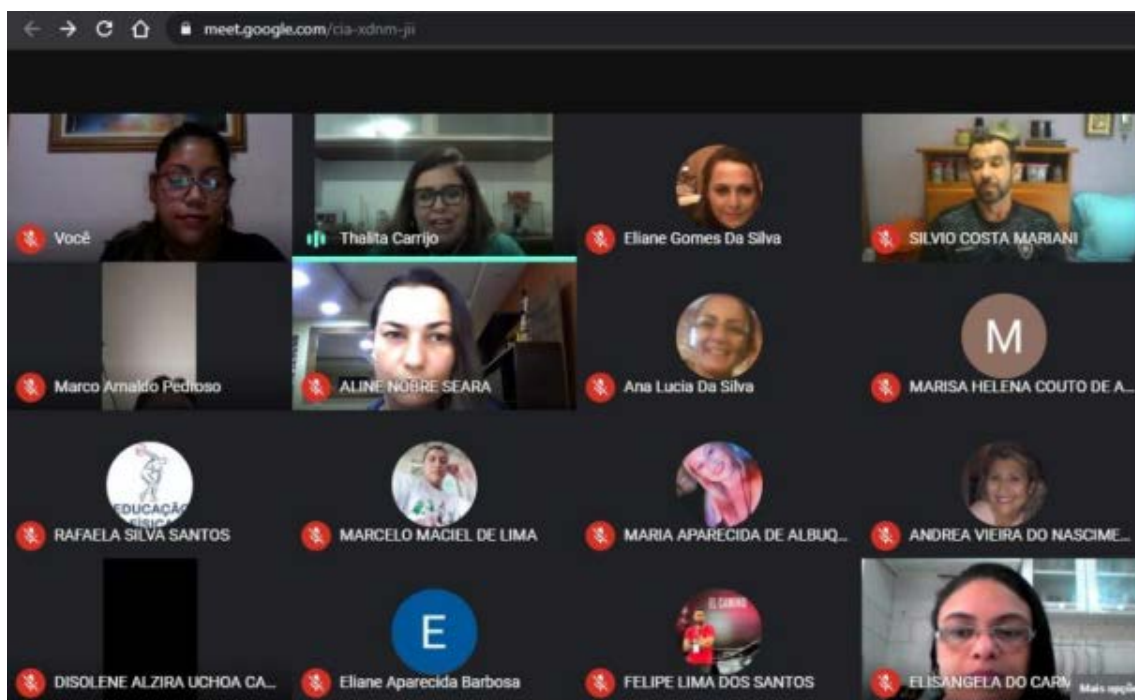
No decorrer da Semana Lei Maria da Penha, na última semana de novembro, foram realizados cinco webinários a partir de demandas de escolas de São Sebastião. No CED São Bartolomeu, foram promovidas palestras remotas para 32 docentes sobre a Lei Maria da Penha, e sobre "Acolhimento e encaminhamento das situações de Violência Sexual" para 12 professores e professoras. Ainda, foi realizado webinar sobre "Violência no Namoro" para 27 docentes. Os docentes do CED São Francisco e do CAIC Unesco também receberam atividades formativas sobre violência doméstica contra as mulheres, sendo ambas promovidas no dia 24/11/2020, contando com 21 e 42 participantes, respectivamente.












## MPVE EM BRASÍLIA

A Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto/Cruzeiro, que é atendida pela Circunscrição Judiciária de Brasília, recebeu no segundo semestre de 2018 as primeiras atividades do projeto. Até o fim de 2019, a Regional havia recebido 11 ações formativas, com a duração de 22 horas e alcance de 545 pessoas da comunidade escolar.

No ano **2020**, foram realizados, com foco na 1ª etapa do Programa, webinários sobre Escuta Especializada no contexto escolar e sobre Gênero, Violência contra as Mulheres e Lei Maria da Penha. As palestras virtuais aconteceram, respectivamente, no dia 26 de setembro, com 86 participantes e em 11 de dezembro, com a presença de 47 profissionais.



Em 24 de novembro, foi promovida uma palestra virtual para estudantes e familiares do Centro de Educação de Jovens e Adultos da Asa Sul – CESAS, com a participação de 53 pessoas. No dia seguinte, a mesma temática foi abordada junto a 32 docentes da Escola Classe 01 do Lago Sul. Ainda neste dia, foi transmitido webinário sobre “acolhimento e encaminhamento das situações de Violência Sexual” para 18 docentes do Jardim de Infância 316 Sul. Em 26 de novembro, 34 familiares e responsáveis pelos estudantes da Escola do Parque da Cidade – PROEM, foram alcançados por palestra remota sobre Violência de Gênero, sendo este mesmo tema ministrado para 75 estudantes do CEF Gan no dia 27 de novembro.

1ª ETAPA » ORIENTADORES EDUCACIONAIS E SERVIÇO ESPECIALIZADO DE APOIO À APREENIZAGEM		
 5 atividades	 13 h de formação	 173 participações
3ª ETAPA » DOCENTES		
 8 atividades	 13 h de formação	 105 participações
4ª ETAPA » ESTUDANTES, FAMILIARES E RESPONSÁVEIS		
 4 atividade	 8 h de formação	 612 participações



### MPVE NO GAMA

Na Circunscrição Judiciária do Gama, as atividades do projeto foram iniciadas no fim do segundo semestre de 2018, de modo que até o final de 2019, 15 atividades alcançaram um total de 694 profissionais e estudantes em 38 horas de formação.

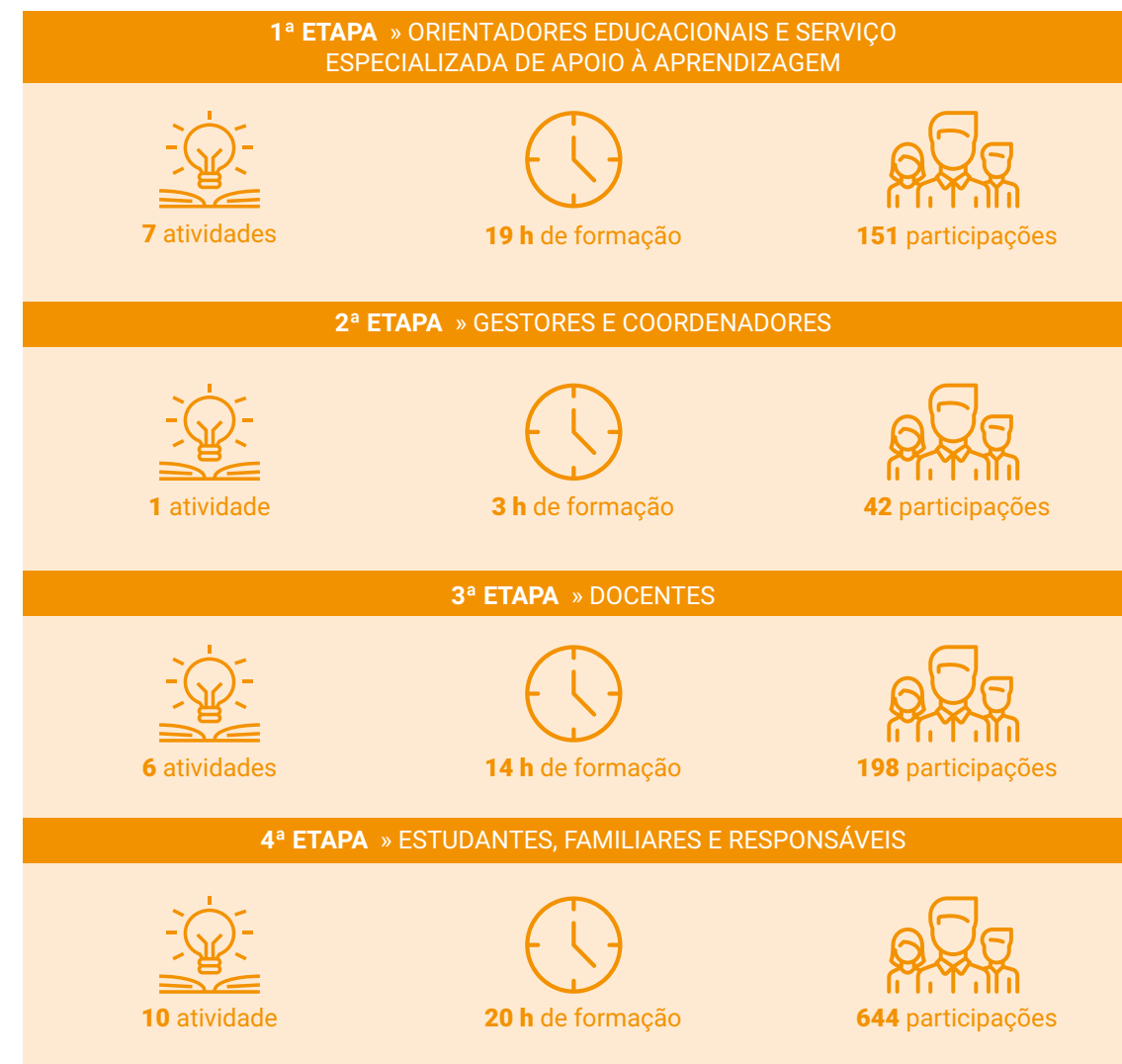
Em **2020**, as atividades nessa Circunscrição iniciaram-se em 09 de março, quando foi realizada uma palestra para 15 familiares de meninas internas da UISS Gama sobre violência contra as mulheres.

Ainda, os webinários voltados para 2ª etapa do Programa aconteceram, conjuntamente, para as CREs do Gama e de Santa Maria. Assim, foram promovidos dois ciclos de webinários com a duração de 2h/a cada. A palestra virtual sobre “Escuta Especializada no contexto escola” foi realizada em 28 de agosto para 92 profissionais e outra sobre Violência contra as Mulheres e Lei Maria da Penha, promovida em 26 de outubro, para 89 educadores de ambas as Regionais.



Como ocorreu em outros anos, a circunscrição do Gama teve expressiva participação na edição de 2020 da Semana Maria da Penha nas Escolas. Ao longo da semana, seis atividades formativas *on line*, realizados sob demanda das unidades de ensino. Assim, nas Escolas Classes 02, 09, 22 e no CEF Ponte Alta de Baixo do Gama, os webinários trataram dos temas Violência de Gênero contra as Mulheres e Lei Maria da Penha, e atingi-

ram 178 profissionais da educação. Ainda durante a semana letiva temática, foi realizada no dia 24 uma palestra remota sobre Violência no Namoro para estudantes do CEF 08 do Gama, com um público de 55 participantes, e no dia 26, 17 familiares e responsáveis pelos estudantes da EC 17 do Gama foram sensibilizados em uma palestra sobre violência contra as mulheres.



### MPVE NO PARANOÁ

O ano de 2020 oportunizou que o MPVE chegasse, de maneira institucionalizada, à CRE do Paranoá. Isso porque, até então, as atividades promovidas nas unidades de ensino desta Regional atendiam demandas de escolas, e não uma articulação ativa do Programa.

Nesse sentido, em 2016 foram promovidas atividades na comunidade do Capão Seco em parceria com a CRE do Paranoá e outras instituições da rede, bem como foi realizada formação com 18 profissionais de educação da Escola Classe do Capão Seco, tendo como foco orientações quanto à identificação dos sinais da violência e quanto aos direitos das mulheres.

Desse modo, em **2020** foi iniciada, de fato, a implementação do Programa na aludida Regional. Assim, o público-alvo da 1ª etapa (OEs e SEAA) foi alcançado em dois ciclos de webinários com a duração de 2h/a cada para educadores das CREs do Paranoá e São Sebastião. A palestra virtual sobre Escuta Especializada no contexto escola foi realizada em 21 de agosto para 142 profissionais e outra sobre Violência contra as Mulheres e Lei Maria da Penha, promovida em 23 de outubro, para 44 educadores de ambas as Regionais.



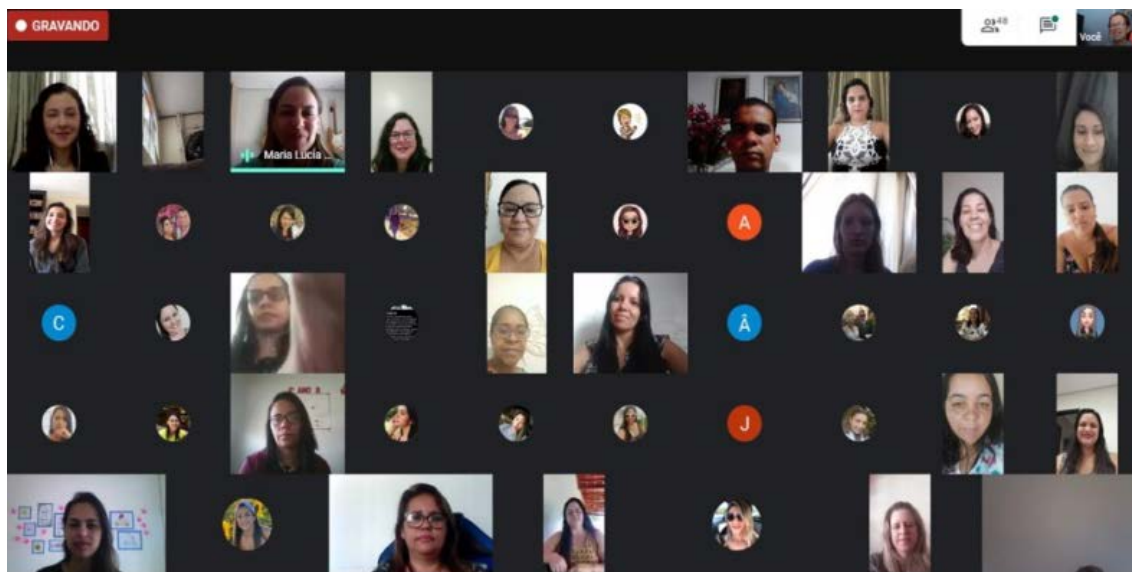
No dia 07 de outubro, outro webinário sobre Violência Doméstica, voltado especificamente para docentes das escolas do campo desta região, foi realizado para 48 participantes.



## MPVE EM BRAZLÂNDIA

Assim como na CRE do Paranoá, o ano de 2020 oportunizou que o MPVE chegasse à CRE de Brazlândia atendendo à metodologia projetada para o Programa. Até 2019, as atividades promovidas nas unidades de ensino desta Regional atendiam demandas de escolas de maneira esparsa.

Anteriormente, no ano de 2016, um estudo de caso foi coordenado e realizado com a rede local na Regional de Brazlândia, que contou com a participação de 26 docentes. Em 2019, durante a Semana Maria da Penha nas Escolas, foram demandas diversas palestras e oficinas, com a realização de 5 atividades que totalizaram 10h/a de sensibilização, e alcançaram 106 estudantes e familiares e 12 docentes das Escolas Classe 6, Chapadinha, Bucanhão e Incra 7.



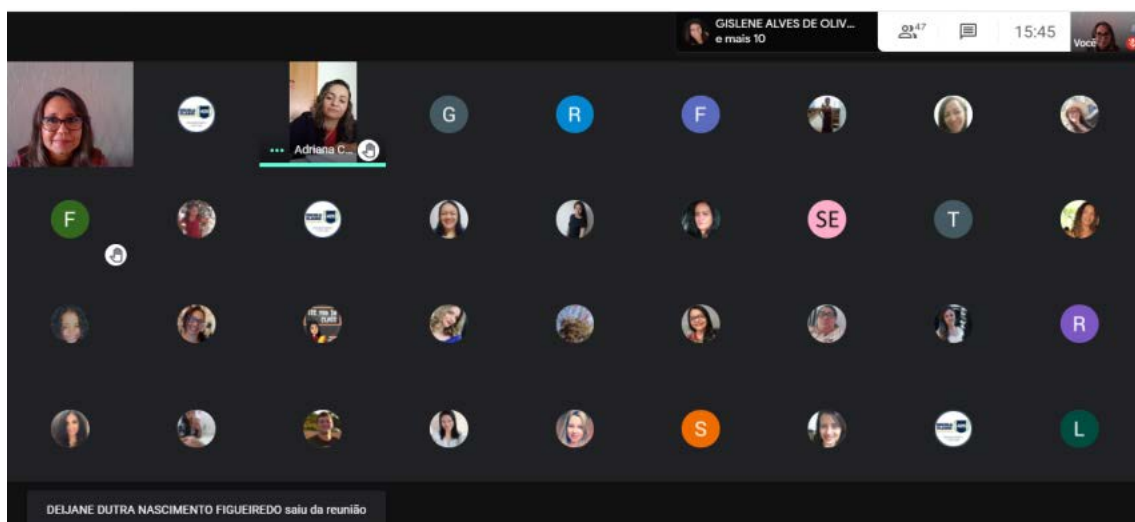
Em **2020** foi iniciada, de fato, a implementação do Programa na aludida Regional de maneira institucionalizada, com foco nas etapas do MPVE. Assim, o público-alvo da 1ª etapa (OEs e SEAA) foi alcançado em dois ciclos de webinários com a duração de 2h/a cada para educadores das CREs de Brazlândia e Samambaia. A palestra virtual sobre Escuta Especializada no contexto escola foi realizada em 4 de setembro para 119 profissionais e outra sobre Violência contra as Mulheres e Lei Maria da Penha, promovida em 6 de novembro, para 111 educadores de ambas as Regionais.



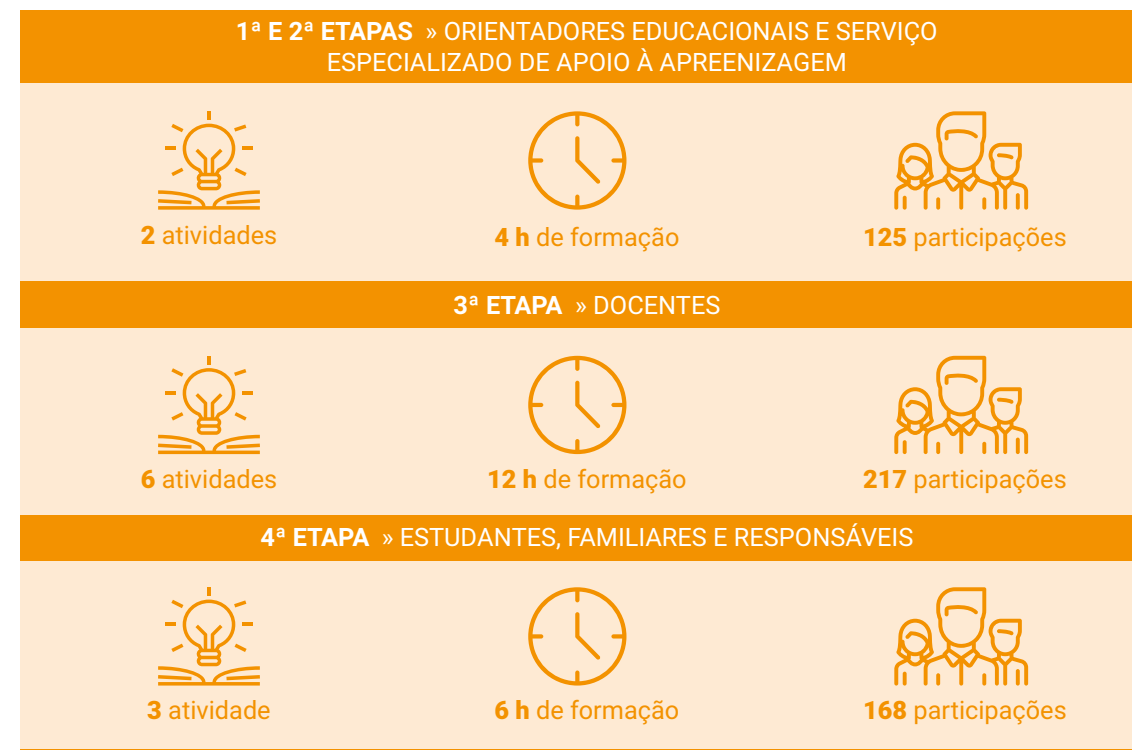
### MPVE EM SAMAMBAIA

A partir de 2020 o MPVE foi implementado na CRE de Samambaia, iniciando com a formação dos educadores que compõem a 1ª etapa do Programa.

Desse modo, o público-alvo da 1ª etapa (OEs e SEAA) foi alcançado em dois ciclos de webinários com a duração de 2h/a cada para educadores das CREs de Brazlândia e Samambaia. A palestra virtual sobre Escuta Especializada no contexto escola foi realizada em 4 de setembro para 119 profissionais e outra sobre Violência contra as Mulheres e Lei Maria da Penha, promovida em 6 de novembro, para 111 educadores de ambas as Regionais.

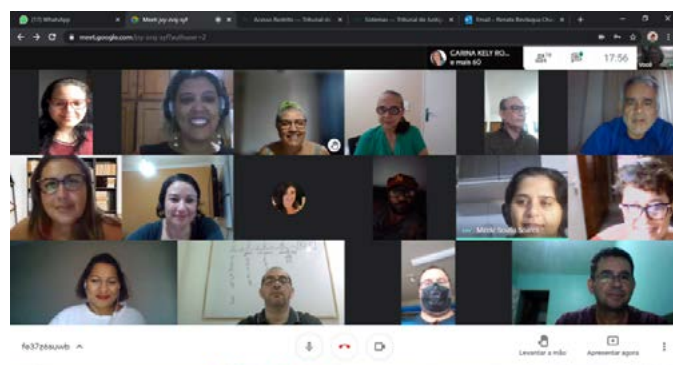


Além destas atividades, as escolas desta circunscrição demandaram, durante as atividades da semana letiva temática Maria da Penha nas Escolas, no final de novembro, por dez palestras virtuais. Foram realizados, portanto, dois webinários sobre o tema Prevenção à Violência no Namoro, para os CEF 427 e 412, alcançando um total de 74 estudantes. Também, o tema “Acolhimento e encaminhamento das situações de Violência Sexual” foi ministrado para 154 docentes dos CEFs 412, 427, EC 431, EC Guariroba e do CAIC Ayrton Senna. Por fim, o tema “Lei Maria da Penha e violência contra as mulheres” foi abordado em palestras realizadas para 63 professores e professoras da EC 317, para 50 estudantes da EC 303 e para 44 familiares e responsáveis de alunos e alunas da EC 425 de Samambaia.



## MPVE EM TAGUATINGA

Assim como na CRE do Paranoá e de Samambaia, o ano de 2020 oportunizou que o MPVE chegasse à CRE de Taguatinga atendendo à metodologia projetada para o Programa. Até 2019, as atividades promovidas nas unidades de ensino desta Regional atendiam demandas de escolas de maneira esparsa.

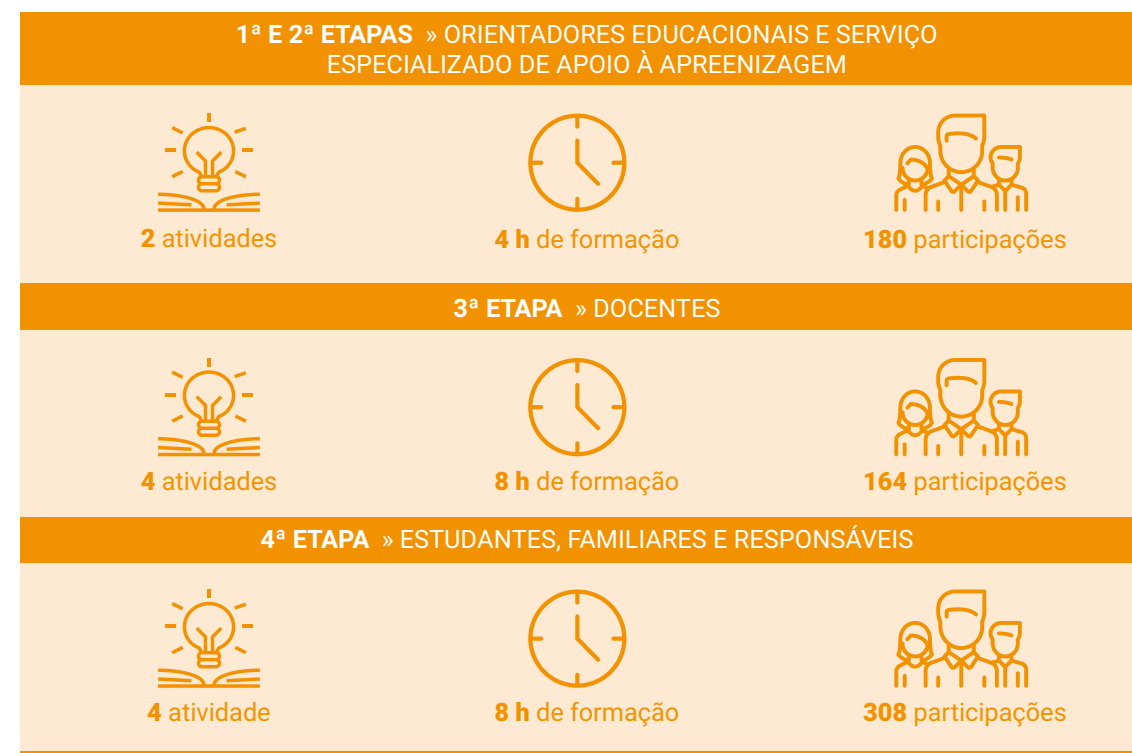


Anteriormente, na cidade de Taguatinga, foi realizada uma roda de conversa com 150 estudantes do Ensino Médio de algumas escolas, em uma ação realizada em maio como parte da semana letiva temática Educação para a Vida, da SEEDF. Ainda, foram promovidas palestras sob demanda, no decorrer da Semana Maria da Penha nas Escolas, para 158 alunos e alunas das EC 6, EC 42 e CEF 4 de Taguatinga, que receberam oficinas sobre gênero e violência contra as mulheres e orientações sobre a rede de proteção.

Em **2020**, focado no público da 1ª etapa do Programa, (OEs e SEAA), foram promovidos dois ciclos de webinários com a duração de 2h/a cada para educadores das CREs de Taguatinga. A palestra virtual sobre Escuta Especializada no contexto escola foi realizada em 11 de setembro para 91 profissionais e outra, juntamente com profissionais da CRE do Recanto sobre Violência contra as Mulheres e Lei Maria da Penha, foi promovida em 13 de novembro, para 123 educadores de ambas as Regionais.

Ainda em novembro, os profissionais do CAIC Professor Walter José de Moura Areal tiveram oportunidade de participar do Webinário sobre Acolhimento e Encaminhamento das Situações de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e contou com a participação de 85 pessoas.

Durante a Semana Maria da Penha nas Escolas, foram realizados três webinários para docentes. Um sobre Acolhimento e Encaminhamento das Situações de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes para 20 professores do CEF Areal, e sobre a Lei Maria da Penha para 24 profissionais da EC 50 e 35 docentes da EC 08 de Taguatinga.



Os ciclos de formação voltados para a 1ª etapa do Programa, articulada com as Gerências de Orientação Educacional e Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, foi iniciado em 06 de agosto com a transmissão de uma *live* sobre **“Enfrentamento à violência de gênero e Escuta Especializada”**, no canal da GOE/SEEDF, e contou com mais de 1.000 pessoas assistindo e interagindo em tempo real.

Por fim, para que 1ª etapa do Programa alcançasse todos os profissionais que integram este público, foram promovidos dois ciclos de webinários com a duração de 2h/a cada para educadores de todas as Coordenações Regionais de Ensino que lecionam no turno noturno. A palestra virtual sobre Escuta Especializada no contexto escola foi realizada em 26 de agosto para 42 profissionais e outra sobre Violência contra as Mulheres e Lei Maria da Penha, foi promovida em 22 de outubro, para 41 educadores de todas as Regionais de Ensino.

## 05

## OUTRAS AÇÕES DE FORMATIVAS DO MPVE

A cooperação entre os parceiros do Programa permite, além das ações que acontecem diretamente junto às Coordenações Regionais de Ensino e outras Gerências da SEEDF, que sejam ministradas atividades de formação nas instituições partícipes. Assim, foram desenvolvidas diversas oficinas, seminários, formação de multiplicadores do Programa e capacitação de profissionais das instituições partícipes, conforme demandas e especificidades de cada uma.

## FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES

Em 11 de fevereiro foi realizada a 2ª edição da Formação de Multiplicadores do Programa MPVE, na Escola da Defensoria Pública do Distrito Federal. A capacitação de 8h/a contou com a presença de 96 participantes, incluindo representantes da rede de proteção às mulheres do DF, da região do Entorno e do estado de São



Paulo, que vieram ao curso com o objetivo de conhecer o programa Maria da Penha vai à Escola – MPVE. A ação foi voltada para conhecimentos sobre a Lei Maria da Penha e orientações de práticas pedagógicas capazes de subsidiar a participação e/ou promoção de oficinas e palestras sobre a temática, principalmente para os estudantes da rede pública de ensino visando maior capilaridade e alcance deste público. Esses multiplicadores compõem um banco de voluntários e são convidados, conforme a demanda, a atuarem junto às unidades de ensino com o intermédio do NJM/TJDFT.

Ainda nesse sentido, e visando à formação continuada dos palestrantes que compõem o banco de voluntários do Programa, foi promovido um ciclo de webinários a partir de junho, que totalizou 6h/a de atividades. No dia 24 do referido mês, 27 voluntários participaram de formação que abordou o tema “Escuta especializada de crianças e adolescentes no contexto escolar”, promovido em parceria com a UNB. Em 8 de julho, o webinário “Propostas didáticas de prevenção à violência contra as mulheres” foi promovida para 37 voluntários, e propôs a discussão de estratégias para abordar o tema para alunos e alunas de todas as idades. Por fim, em 22 de julho, a palestra virtual “Especificidades da violência doméstica e familiar contra as mulheres” foi realizada para 25 participantes, com enfoque na violência de gênero e vulnerabilidades que precisam ser consideradas para a melhor compreensão da temática.

## AÇÕES DE FORMAÇÃO COM A EAPE

O curso “Maria da Penha vai à Escola” foi elaborado pelo Núcleo Judiciário da Mulher – NJM do TJDFT, em parceria com o Núcleo de Gênero – NG do MPDFT e a Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais de Educação - EAPE da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal – SEEDF. O objetivo é oportunizar a formação de profissionais da educação e agentes da rede de proteção do DF para o trabalho de esclarecimento e orientação quanto aos direitos das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, sobretudo os direitos trazidos pela Lei Maria da Penha e, ainda, para o trabalho de encaminhamento para a rede de proteção às mulheres do DF.

O curso é ministrado em 60 h/a e distribuído em 4 módulos sobre os seguintes temas: Gênero e violência contra as mulheres; Lei Maria da Penha; A rede de proteção às mulheres do DF e a Lei Maria da Penha e as Escolas do DF, sendo de modalidade híbrida (45h/a no ambiente virtual de aprendizagem e 15h/a presenciais). Desde o ano de 2015, o curso é ofertado semestralmente e até 2019 capacitou mais de 800 educadores e profissionais da rede de proteção às mulheres do Distrito Federal, e recebeu, por vezes, profissionais de outros estados do país interessados em ampliar seus conhecimentos sobre a temática.

Em **2020**, o desafio do isolamento social adiou a 9ª edição do curso, previsto para iniciar em março. Assim, após o retorno das aulas no âmbito da Secretaria de Educação, o curso foi retomado e aconteceu entre agosto e janeiro/2021, com a capacitação de 72 profissionais da educação e da rede de proteção e atendimento de mulheres em situação de violência.

Da mesma forma, a 2ª edição curso “Maria da Penha vai à Escola: abordagem técnica das situações de violência sexual”, também idealizado na modalidade semipresencial, com 45h/a à distância e 15h/a presenciais, foi adaptado para o formato completamente virtual, tendo sua realização também adiada de março para agosto. O curso objetiva oportunizar a formação de profissionais da rede a partir de uma perspectiva de gênero visando à identificação, acolhimento e encaminhamento de situações de violência sexual contra crianças e adolescentes, incluindo a prevenção nas escolas. A proposta formativa também é dividida em quatro módulos e trabalha as temáticas: Gênero e violência sexual; Lei Maria da Penha e legislações de proteção à criança e ao adolescente; Identificação, acolhimento, escuta especializada e encaminhamentos à rede de proteção e Prevenção à violência sexual.

Em 2020, a 2ª edição do referido curso capacitou mais 60 profissionais da educação e da rede de proteção, sendo que na 1ª edição, realizada em 2019, 46 pessoas concluíram o curso.

### SEMANA MARIA DA PENHA NAS ESCOLAS

A Semana Maria da Penha nas Escolas foi instituída pela Lei 6.325/2019, que designou a última semana de novembro para disseminar o conhecimento da Lei Maria da Penha e da Lei do Feminicídio, no âmbito escolar, bem como para promover reflexões sobre os diversos tipos de violências contra a mulher.

Para atender às dezenas de demandas das escolas por atividades neste período, foi realizada uma série de palestras virtuais para a comunidade escolar da rede pública de ensino do DF.



As atividades foram promovidas por meio da plataforma Google Meet e ministradas por **palestrantes do TJDF, da Secretaria de Educação do DF, Secretaria da Mulher do DF, da Secretaria de Justiça do DF, da OABDF e da UNB**, além de outros voluntários e voluntárias do Programa.

Entre os temas abordados, estava “Acolhimento e encaminhamento das situações de violência sexual contra crianças e adolescentes”, temática exclusiva para profissionais da educação; “Gênero, violência contra as mulheres e Lei Maria da Penha” e “Violência no namoro”.

O público atendido incluiu toda a comunidade escolar. Com as palestras, 40 escolas foram alcançadas em mais de 50 ações, sendo capacitados 635 profissionais da educação, 549 estudantes e mais de 300 familiares de alunos da rede pública de ensino.



### CURSO SOBRE VIOLÊNCIA NO NAMORO

Entre setembro e outubro de 2020, foi promovido o minicurso piloto “Violência no Namoro, Não!” para profissionais da educação de Santa Maria, que visou não apenas capacitar esses educadores na temática, mas objetivou levantar dados e contribuições dos profissionais da educação para a elaboração de informativos e cartilhas para familiares, profissionais da educação e para os próprios adolescentes sobre o assunto. Os materiais serão organizados e confeccionados no próximo exercício.



O curso foi ministrado pelo TJDFT em parceria com a DPDF, e considerou diversas especificidades sobre a violência de gênero ocorrida nesta fase da vida e dos relacionamentos, uma vez que é necessário considerar múltiplos fatores de risco em razão da vulnerabilidade de gênero e da vulnerabilidade etária.



## 06

### MATERIAIS INFORMATIVOS E DE DIVULGAÇÃO

#### ORIENTAÇÕES PARA A ESCUTA ESPECIALIZADA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO ESCOLAR

No dia 18 de maio, data em que se concentram as ações de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, foi publicado o material informativo ***Orientações para a escuta especializada de crianças e adolescentes no contexto escolar***. O material foi formulado a partir da Lei N. 13.431/2017, que aborda o que é o procedimento, como deve ser feito e por quem, bem como a importância da não revitimização da vítima, no momento em que decidir denunciar o agressor. A escuta, que tem o papel de garantir a proteção e o cuidado da criança ou adolescente, pode ser realizada pelas instituições da rede de promoção e proteção, formada por profissionais da educação e da saúde, conselhos tutelares, serviços de assistência social, entre outros.



#### LANÇAMENTO DO TOOLKIT PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO



No dia 23 de novembro, como atividade de abertura da Semana Maria da Penha nas Escolas, instituída pela Lei Distrital 6.325/2019, foi realizada uma *live* no ***Canal do EducaDF***, no Youtube, para o lançamento ***do toolkit Maria da Penha vai à Escola para Profissionais da Educação***.

O material traz uma série de indicações de livros, filmes, músicas, vídeos, dentre outras recomendações, com fontes e referências, além de diversas propostas de atividades que objetivam divulgar ideias para apoiar e auxiliar docentes e demais profissionais da educação na organização de aulas e encontros sobre o tema da violência contra as mulheres, conforme os objetivos e a faixa etária dos estudantes envolvidos.

O material está disponível para download na página do Programa, e pode ser acessado por meio do link <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/centro-judiciario-mulher/o-nucleo-judiciario-da-mulher/projetos/eixo-comunitario/toolkit-para-profissionais-da-educacao.pdf>.

### ATIVIDADES EXECUTADAS PELOS PARCEIROS DO MPVE

A pandemia afetou todas as instituições e impôs adaptações às atividades de todas as instituições que compõem a parceria do Programa, que buscaram manter ativas as ações de maneira remota a fim de expandir o alcance do Programa, bem como manter as capacitações na temática violência contra as mulheres para prevenir e coibir a violência de gênero.



Em 20 de agosto, uma comitiva formada por representantes do Acre e povos indígenas veio ao Distrito Federal para conhecer o Programa Maria da Penha Vai à Escola a fim de fortalecer as políticas públicas para mulheres acreanas, além de combater e enfrentar a violência doméstica e familiar naquele estado.

A partir da integração da **Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do Ministério da Família, Mulheres e Direitos Humanos – SNPM/MMFDH** ao Termo de Coopera-



ção Técnica MPVE, foi possível articular para que o estado do Acre firmasse, no dia 14 de dezembro, a criação dos programas **Maria da Penha vai à Escola** e **Maria da Penha vai à Aldeia**. Além da SNPM, o acordo foi assinado em parceria com o Governo Estadual do Acre, Tribunal de Justiça do Acre, o Ministério Público do Acre, a Assembleia Legislativa do Estado, a Defensoria Pública Estadual, a Universidade Federal do Acre, Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Acre, e as Polícias Civil e Militar daquele estado.

No dia 12 de março, o **Núcleo de Gênero do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios** ofereceu o Curso “Aspectos teóricos e práticos do atendimento de casos de violência doméstica e familiar contra a mulher”, com o objetivo de capacitar servidores que atuam nas Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher



em Situação de Violência Doméstica e Familiar e na rede de enfrentamento à violência contra a mulher para o atendimento, com perspectiva de gênero, dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Participaram do curso cerca de 40 pessoas.

Ainda em março, o Núcleo de Gênero promoveu a Roda de conversa “Desigualdades de gênero no cotidiano: vivências e enfrentamentos”, na Promotoria de Justiça de Planaltina, com o intuito de dialogar e refletir sobre gênero e violência com as prestadoras de serviço do MPDFT. Cerca de 30 mulheres participaram do encontro. Foram abordadas questões relacionadas aos estereótipos de gênero e compartilhadas informações sobre os ca-

nais de denúncia e a rede pública local de serviços especializados de atendimento à violência contra a mulher.



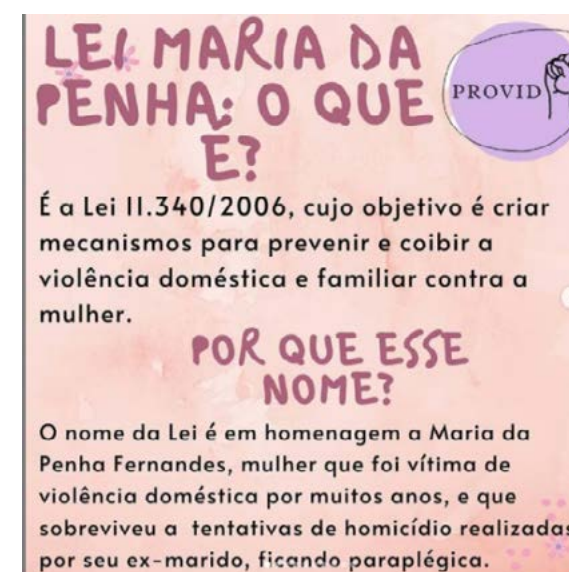
Em 19 de novembro, o MPDFT promoveu uma palestra, via YouTube, sobre a Lei Maria da Penha para profissionais da educação da Coordenação de Ensino do Gama.

Em 2020, a **Secretaria de Estado de Segurança Pública** do Distrito Federal, por meio da Diretoria de Proteção Social das Mulheres, da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade/SU-PREC, promoveu duas capacitações para as equipes dos Centros Especializados de Atendimento às Mulheres - CEAMS da Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal sobre o Sistema de Segurança Preventiva para Ofendidas em Medida Protetiva de Urgência – App Viva Flor, alcançando 15 (quinze) profissionais que atuam nos Centros.

Ainda, foi desenvolvido e ofertado um curso em formato de Ensino à Dis-

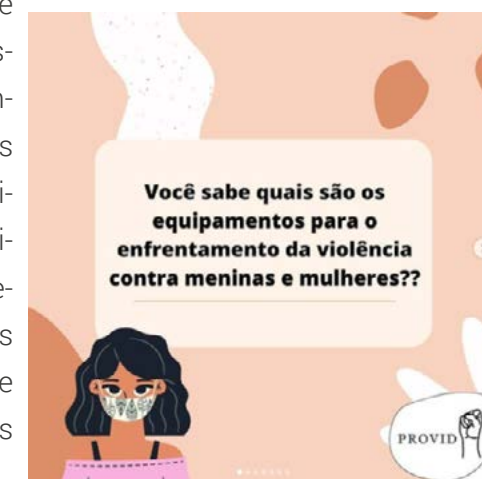


tância - EAD do Programa de Segurança Preventiva para Ofendidas em Medida Protetiva de Urgência - App Viva Flor, disponibilizado na plataforma do Ambiente Virtual de Aprendizagem da Coordenação de Educação à Distância da SUEGEP/SSPDF para gestores e técnicos dos órgãos partícipes. A ação capacitou 105 (cento e cinco) servidores dos órgãos partícipes do Programa.



Até 2019, o **Centro Universitário de Brasília – UniCEUB** realizava oficinas com alunas e alunos da rede pública de ensino e outros eventos destinados à discussão sobre a violência doméstica. No entanto, com a suspensão das aulas e atividades presenciais, o Programa de Extensão em Violência Doméstica-PROVID da instituição não realizou atendimentos nem oficinas. Assim, o ano de **2020** foi marcado pela adaptação das ações do PROVID, com o desenvolvimento de atividades online, que se valeu de redes sociais e outras ferramentas remo-

tas. Dentre as atividades realizadas pelo UniCeub, em 26 de maio foi inaugurado o perfil @provid\_df, na plataforma virtual Instagram, que objetiva a divulgação de campanhas e ações institucionais ou da sociedade civil para atendimento/acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica durante o período da pandemia. Os estudantes do programa também elaboraram e divulgaram dados de uma pesquisa realizada junto à comunidade a respeito da violência contra a mulher durante a pandemia. Ainda, foram produzidos pelos estudantes do Programa de Extensão um vídeo e posts de divulgação do Programa MPVE e a publicação de diversos cards educativos sobre violência de gênero e a violência doméstica. Como resultado destas ações, o engajamento no perfil revela que mais de 1.000 pessoas foram atingidas diretamente pelos resultados das atividades.

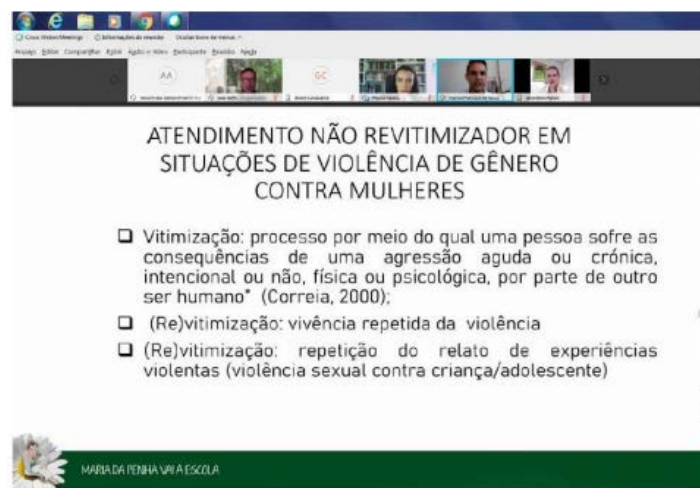


Em parceria com a **Universidade de Brasília-UNB**, o NJM/TJDFT realizou em 02 de junho o webinar “Escuta Especializada em Situação de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes”, que foi transmitido em tempo real pelo **canal do Youtube do Tribunal**. Destinado a magistrados e servidores do Tribunal, profissionais da educação e da Rede de Proteção às Mulheres do DF, o webinar teve como objetivo discutir os procedimentos necessários para a realização da escuta especializada, visando não apenas garantir o melhor acolhimento, sem revitimização, e a proteção dos envolvidos, mas também auxiliar no processo de responsabilização do autor de violência sexual. Por essa razão, faz-se essencial um diálogo multidisciplinar entre as instituições de promoção e proteção e os sistemas do Judiciário.



A **Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF - SEJUS**, por meio da Subsecretaria de Apoio a Vítimas de Violência-SUBAV promoveu, em parceria com o NJM/TJDFT, capacitações virtuais para Conselheiros Tutelares, Psicólogos e Assistentes Sociais do Pró-Vítima e demais servidores da SUBAV.

Assim, foi promovido o Webinar “Lei N. 11.431/2017 e a Escuta Especializada” para 34 participantes do aludido público em 18 de setembro. A atividade de 2h/a trabalhou estratégias para abordar a Escuta Especializada e evitar a revitimização de pessoas em situação de violência doméstica e familiar.



A palestra “Atendimento não revitimizador nas situações de violência contra as mulheres” foi realizada dia 25 de setembro para 33 servidores da SUBAV, e trabalhou temas sensíveis ao atendimento acolhedor dispensado às mulheres e famílias em situação de violência doméstica e familiar. Ainda, em 15 de outubro, mais 27 Conselheiros Tutelares, Psicólogos e Assistentes Sociais do Pró-Vítima e demais servidores da SUBAV receberam 2h/a

de formação sobre “Avaliação e Gestão de Risco de Violência Perpetrada por Parceiro Íntimo” para a capacitação das equipes multidisciplinares no atendimento de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, posto que esses atendimentos requerem o reconhecimento da complexidade e da dinâmica dessas violências, com perspectiva de gênero. Assim, houve a ministração desta palestra, que também tratou sobre o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, instrumento imprescindível para alcance de intervenções efetivas na proteção integral das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.



Em atenção à campanha mundial dos 16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, a SUBAV/SEJUS promoveu algumas ações voltadas para a sensibilização da comunidade, com a ministração da Palestra “Desvendando Violências”. Assim, em 25 de novembro, em parceria com a DPDF, a Palestra aconteceu no auditório da Administração Regional de Taguatinga, em parceria com a Defensoria Pública do Distrito Federal. A atividade promoveu uma conversa aberta sobre os tipos de violência contra as mulheres. Ainda, houve uma sensibilização para que as mulheres, na medida em que se percebem em situação de violência, podem e devem buscar ajuda. Na Praça dos Direitos do Itapoã, a SUBAV/SEJUS realizou a Roda de Conversa “Desvendando Violências”, no dia 1º de dezembro. O grupo de zumba do Itapoã, “Não sou obrigada!” participou da conversa sobre os tipos de violência contra as mulheres, que trouxe reflexões sobre comportamentos que precisam ser desnaturalizados para o fim da desigualdade e das violências que mulheres sofrem cotidianamente. Por fim, em 09 de dezembro a palestra virtual “Empoderar para prevenir a violência de gênero” alcançou 37 mulheres atendidas pelo Programa Pró-Vítima e trouxe reflexões sobre o movimento de empoderamento feminino para desconstruir desigualdades, combater violências e interferir nos padrões sexistas ainda existentes na sociedade.

Ainda, houve uma sensibilização para que as mulheres, na medida em que se percebem em situação de violência, podem e devem buscar ajuda. Na Praça dos Direitos do Itapoã, a SUBAV/SEJUS realizou a Roda de Conversa “Desvendando Violências”, no dia 1º de dezembro. O grupo de zumba do Itapoã, “Não sou obrigada!” participou da conversa sobre os tipos de violência contra as mulheres, que trouxe reflexões sobre comportamentos que precisam ser desnaturalizados para o fim da desigualdade e das violências que mulheres sofrem cotidianamente. Por fim, em 09 de dezembro a palestra virtual “Empoderar para prevenir a violência de gênero” alcançou 37 mulheres atendidas pelo Programa Pró-Vítima e trouxe reflexões sobre o movimento de empoderamento feminino para desconstruir desigualdades, combater violências e interferir nos padrões sexistas ainda existentes na sociedade.



de no intuito de desenvolver e fortalecer habilidades para a vida, conhecimentos sobre direitos das mulheres e incentivar a participação cidadã para que ocupem seu espaço na sociedade de forma igualitária.



# 07

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2020 foi particularmente atípico em razão do isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19 a partir de meados de março. No entanto, todos os parceiros do Programa se reinventaram a fim de manter as atividades de sensibilização e formação visando à prevenção da violência contra as mulheres.

Nesse sentido, é importante ressaltar que um dos grandes resultados do Programa foi manter a articulação da rede de proteção e atendimento de mulheres ativa, ainda que remotamente, aproximando-a dos profissionais de educação para um melhor atendimento conforme disposto no artigo 8º da Lei 11.340/2006.

Entre as grandes conquistas de 2020, está a ampliação da parceria com outras importantes instituições (CLDF e SNPM/MMFDH), sendo que a integração da SNPM possibilitou levar o Programa para o estado do Acre.

Ainda, pela primeira vez, foi possível alcançar todas as 14 Coordenações Regionais de Ensino com a realização dos ciclos de webinários voltados para a 1ª etapa do Programa, que contou com mais de 1.620 participações apenas nesta atividade. A ação possibilitou o nivelamento do conhecimento desses profissionais em um único ano letivo. É importante ressaltar que o grande alcance e adesão desta ação se devem, em grande parte, pelo aproveitamento das tecnologias *on line*, que possibilitaram o alcance remoto de centenas de profissionais da educação em cada uma das atividades.

Para os próximos anos, permanecem alguns desafios, como renovação do Termo de Cooperação Técnica, que tem vigência até março de 2021; a ampliação e engajamento de palestrantes voluntários para possibilitar maior capilaridade e alcance da comunidade escolar, mormente no que diz respeito às etapas que contemplam docentes, estudantes, familiares e responsáveis; o alcance das escolas do campo com ações formativas específicas; a efetivação ações voltadas para adolescentes e jovens, com enfoque nas relações de namoro; a oferta de atividades voltadas para a 2ª etapa (gestores/coordenadores intermediários) do Programa; levar o MPVE para outros estados interessados em replicar a parceria de sucesso do Distrito Federal; dentre tantos outros.



SECRETARIA NACIONAL DE  
POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MINISTÉRIO DA  
MULHER, DA FAMÍLIA E  
DOS DIREITOS HUMANOS



Secretaria  
da Mulher

Secretaria  
de Justiça e  
Cidadania

Secretaria  
de Educação



NÚCLEO  
JUDICIÁRIO  
DA MULHER  
TJDF